

TRABALHADORES PERDEM EMPREGO EM MASSA

Despedimentos subiram 130% em três anos

TRABALHO. São números oficiais. Em pouco mais de três anos (entre 2013 e 2016), mais 59 mil trabalhadores perderam o emprego, acima do dobro dos despedimentos ocorridos entre 2009 e 2012, cerca de 23 mil. O somatório leva os números dos despedimentos acima dos 82 mil, nos últimos sete anos. Os dados são citados pelo Inspector Geral do Trabalho, Augusto Pombal, que, em entrevista exclusiva, explica o processo de modernização da IGT e rebate as críticas do alegado 'medo' da instituição em fiscalizar as empresas petrolíferas e as chinesas. **Págs. 4 a 6**

BANQUEIRO CONVIDADO PELA CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

Emídio Pinheiro de saída do BFA

Depois de onze anos na liderança do Banco de Fomento Angola, na sequência da saída de Fernando Teles, em Abril de 2005, para criar o Banco BIC, Emídio Pinheiro está de saída das funções de CEO na instituição controlada pelo BPI e pela Unitel, para integrar o conselho de administração do português Caixa Geral de Depósitos (CGD). **Pág. 16**



NA HUÍLA

Fábrica de 800 milhões parada há sete anos

Há uma fábrica de processamento de tomate, cuja inauguração estava prevista para 2009, que está paralisada no município da Matala, na Huíla, por falta de peças e de divisas. O investimento resultou de um financiamento de mais de 800 milhões de kwanzas pelo Banco de Desenvolvimento de Angola, em 2008, (na altura mais de oito milhões de dólares), e até agora não há prazos para o arranque. **Pág. 12**

Comércio perde PAPAGRO

O Ministério da Família e Promoção da Mulher passa a ser o novo responsável pelo Programa de Aquisição de Produtos Agro-Pecúários, apurou o VALOR de fontes oficiais. Lançado em 2013 pelo Ministério do Comércio, o PAPAGRO anda à espera de ser 'reanimado'. **Pág. 9**



ANÁLISE DA BLOOMBERG INTELLIGENCE

Etiópia e Quênia ultrapassam Angola

Uma análise da Bloomberg Intelligence, a divisão de pesquisa da agência financeira norte-americana, conclui que Angola deve ser ultrapassada na posição de terceira economia da África Subsaariana, cedendo a posição à Etiópia ou ao Quênia. Angola deixa de acompanhar a Nigéria e a África do Sul, no top 3, e passa à 4ª. posição. **Pág. 8**

Moedas AKZ USD 166,7 Kz (+0) ▲ EUR 183,9 Kz (-0,6) ▼ LIBRA 219,9 Kz (+1,5) ▲ YUAN 24,8 Kz (-0,1) ▼ RAND 11,5 Kz (+0) ▲

Descarregue a App

Visite o website: www.valoreconomico.co.ao



DESPEDIMENTOS

Os números são oficiais. E são arrasadores. Nos últimos sete anos, mais de 80 mil trabalhadores perderam o emprego. Cerca de dois terços por responsabilidade directa da crise, como calculam as próprias autoridades. Mas também a curva ascendente nos últimos três anos é esclarecedora. Se, entre 2009 e 2012, os despedimentos ficaram contabilizados em cerca de 23 mil, no mesmo espaço de tempo imediato (entre 2013 e 2016), mais de 59 mil pessoas perderam o emprego. É claro que estão em causa números que pecam por defeito, sem margem de dúvidas. Porque é consensual que as estatísticas oficiais dificilmente se aproximam dos factos. E o grau de dificuldades varia conforme a complexidade da realidade em análise. Ou seja, quanto mais complicado é apurar os factos, mais irrealistas são os números oficiais.

Os despedimentos são precisamente dos casos que muito facilmente escapam do controlo das autoridades. Por factores burocráticos, mas também por razões eventualmente culturais. Para começar, não existe qualquer sistema que obriga as empresas a comunicar os despedimentos às autoridades. Se o processo de despedimen-



to não desencadeia qualquer disputa legal que passe pelos órgãos oficiais ligados ao trabalho, as entidades públicas não têm como aperceber-se dos factos. Porque se o empregador não informa, muito menos ainda o trabalhador o faz. E, em muitos casos, o trabalhador não o faz - não informa as autoridades - mesmo quando os seus direitos são postos em causa pelo empregador. Uma vez por ignorância, outras por desconfiança e outras ainda por simples passividade. O certo é que muitos processos viciados de despedimento acabam consumados sem qualquer consequência para a parte infractora.

Com a proactividade da inspecção, também pouco se pode contar. Porque, por muita vontade que eventualmente haja da Inspecção Geral do Trabalho, a verdade é que 'não se fazem omeletes sem ovos', como sentenciava o velho ditado. 27 inspectores é um núme-

ro francamente insignificante para responder aos níveis a que atingiu a acção empresarial em Luanda, província que reclama mais de dois terços de toda a actividade económica do país. Augusto Pombal, o inspector geral do trabalho, até considera estar "bem servido" na capital. Mas essa visão oficial facilmente cai por terra, quando se sabe que há empresas implantadas há décadas que jamais viram à porta um inspector do trabalho. E se Luanda, mais sujeita a algum escrutínio por razões óbvias, apresenta esta realidade, é muito fácil imaginar o que será a inspecção do trabalho no resto do país.

Em relação ainda aos números dos despedimentos, há que recordar que as estatísticas oficiais se situam, sobretudo, no mercado de trabalho formal. Se juntarmos a perda de emprego nas actividades informais, os resultados serão indiscutivelmente muito mais assustadores. É, portanto, uma pena que ninguém esteja em condições de atrever-se a lançar números mais fiéis a essa realidade.

Mas, seja como for, as autoridades que têm a responsabilidade de estimular a recuperação do emprego, e a julgar pelo sem número de empresas que ainda vão fechar as portas, convém estarem conscientes de que os 82 mil despedidos contabilizados até agora podem ser apenas a 'ponta do iceberg'.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral:

Evaristo Mulaza

Directora-Geral-Adjunta:

Geralda Embaló

Editor Executivo: António Nogueira

Editor gráfico e chefe de produção: Pedro de Oliveira

Redacção: António Miguel, Edno Pimentel, Isabel Dinis, José Zangui, Mateus da Graça Filho, Nelson Rodrigues e Valdimiro Dias

Secretária de Redacção: Lúcia de Almeida

Fotografia: Manuel Tomás, Mário Mujetes e Santos Samuessa

Paginação: Francisco de Oliveira, João Vumbi e Edvandro Malungo

Colaboradores: Cândido Mendes

Produção gráfica: Notiforma SA

Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda

Tiragem: 4.000 **Nº de Registo do MCS:** 765/B/15

GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:

Geralda Embaló e Evaristo Mulaza

Departamento Administrativo: Jessy Ferrão, Nelson Manuel e Valdimir de Almeida

Departamento comercial: Arieth Lopes, Geovana Fernandes e Mariquinha Rego

Tel.: +244941784790-(1)-(2)

Nº de Contribuinte: 5401180721; **Nº de registo**

estatístico: 92/82 de 18/10/82

Tel.: +244 936272323

Endereço: Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda/Angola, Telefones:

+244 222 320510, 222 320511

Fax: 222 320514

A semana

3 PERGUNTAS A...



Vladimiro Russo
Ambientalista

Há condições para haver uma indústria de papel reciclado?

Há algumas, mas ainda faltam três pressupostos fundamentais: a energia e água da rede pública, incentivos financeiros e benefícios fiscais, que tornem a actividade atractiva. Faltam também os mecanismos de recolha do papel para ser transformado em pasta e posteriormente papel ou cartão. Este último é mais fácil de produzir, pois reduz significativamente o recurso a produtos químicos usados para o branqueamento do papel.

Sente que o empresariado está a investir nessa indústria?

Há muitos interessados na produção do papel a partir da importação da pasta do papel, mas há muito poucos empresários para investir na reciclagem. Este tipo de investimento pressupõe também a existência de capital financeiro e humano.

O papel recolhido em Angola é suficiente para sustentar uma fábrica?

Se forem criados mecanismos eficientes de recolha, como a criação de ecopontos, mas principalmente com contactos com estabelecimentos e escritórios que produzam grandes quantidades de papel, é possível. Mas para tal será necessário obter o papel dos grandes consumidores em Luanda, Benguela, Huambo e Huíla.

1 **TERÇA-FEIRA**
O ministro dos Transportes, Augusto da Silva Tomás, afirmou que a construção das plataformas logísticas transfronteiriças “vai transformar por completo” a realidade económica das províncias onde estão a ser implantadas, em Cabinda, Zaire, Cunene e Moxico.

2 **QUARTA-FEIRA**
O ministro do Comércio, Fiel Constantino, reafirmou, sem avançar datas, que Angola mantém a pretensão de aderir à Zona Livre de Comércio da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), em 2017.

3 **QUINTA-FEIRA**
A administradora da Administração Geral Tributária Alice Neves revelou que a instituição está preocupada com o elevado índice de actividade informal exercida por algumas micro, pequenas e médias empresas por estar a resultar em enormes perdas ao cofre do Estado.



SEGUNDA-FEIRA

O relatório semanal do BNA sobre a evolução dos mercados monetário e cambial, referente ao período entre 11 e 15 de Julho, informa que a injeção semanal de divisas na banca comercial desceu 20%, para 254,9 milhões de euros, contra os 315 milhões da semana anterior.

4 **SEXTA-FEIRA**
O secretário de Estado da Geologia e Minas, Miguel Júnior, efectuou uma visita de trabalho a Lunda-Sul para avaliar o estado de evolução das obras das infra-estruturas do Plano Nacional de Geologia.

5 **SÁBADO**
O presidente do conselho de administração da Ferrangol, Diamantino de Azevedo, anunciou que a exploração industrial de ouro, em Angola, deverá arrancar, pela primeira vez, em 2018, nas minas de Mpopo, em Chamutete, na Jamba, Huíla.

6 **DOMINGO**
A repartição do Registo Civil da Chibia, na Huíla, arrecadou, no primeiro semestre do ano, 2,6 milhões de kwanzas fruto da emissão de documentos diversos, informou a responsável Alexandrina Dias Fortunato.



COTAÇÕES



YEN A PRESSONAR ASIÁTICOS

Os principais mercados mundiais fecharam mistos, com a Europa e as Américas em terreno positivo e as principais praças asiáticas no ‘vermelho’ afectadas pela valorização do yen japonês que encarece as exportações. O Bovespa brasileiro liderou os ganhos depois do anúncio do fecho das investigações à petrolífera nacional para Agosto, enquanto na Europa, o DAX alemão desvalorizou 0,09% ensombrado pelas dúvidas que pairam sobre a saúde do Deutsch Bank.



Petróleo Brent	45,33	-0,87	-1,88%
Petróleo	43,91	-0,84	-1,88%
Gás Natural	2,772	+0,080	+2,97%
Ouro	1.322,05	-8,95	-0,67%
Prata	19,688	-0,127	-0,64%
Cobre	2,230	-0,029	-1,26%
Café Londres	1.818,00	+2,00	+0,11%
Alumínio	1.609,50	+8,75	+0,55%

PSI20 COM SEMANA RISONHA

O PSI20 registou uma semana inteira de ganhos e fechou a sessão com uma subida de 0,53%, alavancada pelos ganhos da EDP e da Jerónimo Martins, numa sessão em que os títulos do BPI estiveram suspensos por falta de conclusões claras da assembleia geral do banco. O petróleo fechou a semana em terreno negativo, registando um valor de 45,33 USD por barril depois de relatórios da produção iraquiana indicarem aumentos de ‘stocks’ futuros da matéria-prima.

Entrevista

INSPECTOR GERAL DO TRABALHO, AUGUSTO POMBAL

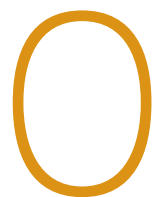
“Inspeccionamos todas as empresas, nacionais e estrangeiras”

O inspector-geral do Trabalho revelou ao VALOR que, durante o segundo trimestre, deste ano foram detectadas mais de 5500 infracções laborais, em diferentes ramos de que resultaram 404 multas. Entretanto, os números “arrasadores” são dos despedimentos. De 2009 a 2016 foram registados 82 mil despedimentos, destes 59 mil aconteceram nos últimos três anos, 2013/2016. Sobre as denúncias da alegada fuga às empresas estrangeiras diz que inspeccionam todos sem excepção.



Mário Mijetes © VE

Por José Zangui



A Inspeção Geral do Trabalho (IGT) passou por um processo de modernização iniciado em

2011. O que mudou em termos efectivos?

Houve a aprovação do novo estatuto orgânico que colocou a

instituição numa posição mais confortável. Antes éramos um órgão executivo com dependência directa do Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS). Agora somos um órgão tutelado, uma espécie de instituto. Ou seja, os serviços provinciais passaram a responder directamente à Inspeção Geral do Trabalho e não às direcções provinciais do MAPTSS.

Também apostámos no recrutamento de técnicos licenciados, sobretudo das áreas do Direito e da Psicologia do Trabalho. Desta forma, procuramos corresponder melhor às expectativas das partes da relação laboral.

O mais importante é que, à hora do despedimento, sejam salvaguardados os direitos do trabalhador, dando-lhe a devida indemnização ou compensação.

Ou seja, houve renovação dos recursos humanos também.

Sim. Muitos dos quadros passaram para a reforma, por terem reunido os requisitos exigidos por lei: tempo de trabalho e idade. Os que permaneceram representam apenas cerca de 8% do total. Por outro lado, temos meios mais modernos como computadores e até viaturas, isso para permitir a mobilidade dos inspectores.

Têm meios e recursos suficientes?

A nível nacional somos 153 funcionários. O número não é suficiente, precisaríamos de mais três ou quatro pessoas nas províncias do interior, como Namibe e Cabinda. Em

Luanda estamos bem servidos com 27 inspectores.

Quanto a viaturas, estamos numa fase de crise, de modo que procuramos gerir o que temos. O mais importante é que a nossa missão tem sido cumprida.

Têm um orçamento próprio?

Não. Apesar de sermos uma espécie de instituto, o nosso orçamento ainda depende do MAPTSS. Mas temos sido bem servidos pela secretaria geral do Ministério naquilo que solicitamos.

Em termos práticos, em que consiste o trabalho da IGT?

Essencialmente visitas inspec-
ti-

“ *A Inspeção tem acesso a todas as empresas, sejam elas nacionais ou de estrangeiros. E temos estado a aplicar multas.* ”

vas, dirigidas a empresas para aferir o grau de cumprimento da lei; prestação de informação, com o objectivo de esclarecer aspectos relacionados com a lei laboral, e mediação de conflitos laborais de naturezas diversas, realçando aqui os despedimentos.

Há muitos despedimentos?

A crise está a ter reflexo directo nos empregos, muitas empresas eram prestadoras de serviço do Estado. Temos assistido a muitos despedimentos colectivos, estão previstos na lei. O mais importante é que, à hora do despedimento, sejam salvaguardados os direitos do trabalhador, dando-lhe a devida indemnização ou compensação. Há registos de despedimentos em empresas dos diversos sectores, mas o fornecimento dos números são da competência do director nacional do Emprego. Contudo, dados disponíveis no MAPTSS indicam que, de 2009 a 2012, 23 mil trabalhadores perderam o emprego e de 2013 a 2016, registaram-se mais 59.000 despedimentos. No total, de 2009 até ao primeiro semestre de 2016, 82 mil pessoas foram despedidas.

Na maior parte dos casos, os trabalhadores têm sido indemnizados porque as empresas vão tendo cada vez mais cultura das leis e por isso a Inspeção está mais sossegada.

As visitas são feitas com base em queixas ou por iniciativa da inspeção?

Temos três tipos de visitas: as planeadas, das queixas que recebemos e as visitas por iniciativa dos inspectores. Temos sabido gerir estas três vertentes.

Pode avançar números de infracções laborais dos últimos 12 meses?

Em todo território nacional realizámos 1.624 visitas inspectivas, destas detectámos 5.175 infracções. Os aspectos mais violados foram a não inscrição dos trabalhadores na Segurança Social, com 519 casos, incumprimento de dispensa do trabalhador para gozo de férias, 215 casos, e falta de equipamento de protecção individual, 160 casos. Estes dados são apenas do segundo trimestre deste ano.

Acusámos a recepção de 1.063 pedidos de mediação de conflitos de trabalho, tendo resolvido 990, sendo 917 a favor dos trabalhado-

Na maior parte dos casos, os trabalhadores têm sido indemnizados porque as empresas vão tendo cada vez mais cultura das leis e por isso a Inspeção está mais sossegada.



Acusámos a recepção de 1.063 pedidos de mediação de conflitos de trabalho, tendo resolvido 990, sendo 917 a favor dos trabalhadores.



Temos feito inspeções nestas empresas e informo, desde já, que uma das violações mais frequentes nas empresas chinesas são as condições de trabalho que oferecem.

res que resultaram em indemnizações no valor de 27.937.304, 14 (vinte e sete milhões, novecentos e trinta e sete mil, trezentos e quatro kwanzas e 14 cêntimos).

E os atrasos salariais?

O normal é que, chegado o prazo de pagamento que estiver estipulado, semanal, quinzenal ou mensal, o empregador honre.

Depois disso, mesmo que passe apenas 24 horas, estamos perante atraso salarial. Temos queixas de empresas que não pagam salário há nove meses! Se um trabalhador está há nove meses sem salário, como fica a família? Não é dignificante. Nestes casos, a inspeção desloca-se à empresa para aferir as razões que estão na base do atraso salarial. Se estiver bem demonstrado que não tem liquidez, a solução é os trabalhadores aguardarem. Doutra forma, a empresa é obrigada a pagar e até multada.

As empresas infractoras tem respondido às vossas notificações?

Normalmente, as entidades empregadoras aparecem, em muitos casos mediamos, chega-se a um acordo e o empregador cumpre com os seus deveres.

Noutros casos, a Inspeção passa uma declaração de resolução do conflito e a entidade lesada vai junto da Sala do Trabalho resolver o assunto de forma judicial.

Há informações segundo as quais, a Inspeção ‘foge’ das empresas chinesas e petrolíferas, porquê?

Não é verdade. Temos feito inspeções nestas empresas e informo, desde já, que uma das violações mais frequentes nas empresas chinesas são as condições de trabalho que oferecem.

Temos sido implacáveis e hoje já colaboram. A Inspeção tem acesso a todas as empresas, sejam elas nacionais ou de estrangeiros. E temos estado a aplicar multas.

Neste período que reporta quantas multas foram aplicadas?

No segundo trimestre deste ano, a Inspeção aplicou 404 multas das 5500 infracções diversas detectadas. Falta de qualificador ocupacional, não pagamento dos subsídios acordados ou previsto na lei, falta de subsídios de férias...

CONTINUA NA PÁG. 6



Entrevista

CONTINUAÇÃO DA PÁG. 5

Há empresas que também fazem queixas dos trabalhadores?

Sim, mas não tanto quanto o número de trabalhadores.

Costumo dizer que a Inspeção Geral do Trabalho não é um sindicato que zela pelo direito do trabalhador. A Inspeção ouve as duas partes e faz cumprir a lei.

O trabalho doméstico está a crescer, nalguns casos com relatos de maus-tratos. Como são tratados os conflitos resultantes desta actividade?

Este trabalho rege-se no âmbito Contrato Especial, e, no caso de Angola, carece de regulamentação. Há um anteprojecto que foi aprovado em Março e remetido ao Conselho de Concertação Social, órgão representativo dos vários parceiros sociais e, nas próximas sessões do Conselho de Ministro, será aprovado.

Mas, por ser um trabalho que decorre numa residência, os conflitos não dão lugar à integração do trabalhador, isso para salvaguardar a vida dos dois, pois trata-se de uma relação de estreita confiança e de muitos riscos, quer do empregador quer do trabalhador. Também é bom esclarecer que estes casos não são da alçada do Direito do Trabalho mas do Direito Penal. Ou seja, os conflitos desta natureza dão lugar à queixa-crime.

Apesar de não haver uma lei ainda, a Inspeção tem tratado estes casos e 99% dos patrões notificados têm comparecido.

Como estão as empresas em termos de segurança no trabalho?

A Inspeção Geral do Trabalho, a nível nacional, registou 337 casos de acidentes de trabalho, no segundo trimestre deste ano, que provocaram 254 casos leves, 78 graves e cinco que resultaram em mortes. Estes acidentes produziram prejuízos avaliados em 30.429 dias perdidos e uma indemnização em custos directos de 1.573.581 kwanzas.

Os acidentes fatais ocorreram nos ramos da construção com três, indústria com um e geologia e minas também com um, respetivamente nas províncias de Luanda e Lunda Norte.

São números que preocupam, daí a necessidade da sensibilização, por



Mário Mujetes © VE

Costumo dizer que a Inspeção Geral do Trabalho não é um sindicato que zela pelo direito do trabalhador.

A Inspeção ouve as duas partes e faz cumprir a lei.

PERFIL

Augusto Pombal nasceu no município do Bungo, Uíge, em Setembro de 1965. A sua mãe é do kwanza-Norte e o pai de Luanda. Quadro da Inspeção Geral do Trabalho, com 30 anos de casa, entrou como técnico de base estagiário. Licenciado em Direito, foi nomeado em Fevereiro de 2013 para exercer as funções de Inspector-geral do Trabalho. É casado e pai de quatro filhos.

via de palestras e seminários com os empregadores.

Há muitas empresas a trabalhar com menores....

É verdade, particularmente no ramo da construção civil e temos tomado medidas quando somos comunicados ou encontramos.

No decurso do segundo trimestre, foi realizado o seminário sobre o trabalho de menores e seu enquadramento legal, com a incidência nas províncias do Bengo, Benguela, Bié, Huila, Huambo e Namibe. A

59

Mil despedimentos, de 2013 até ao primeiro semestre de 2016.

1.624

Visitas inspectivas realizadas nas 18 províncias, no segundo trimestre.

5500

Infracções dectatas no segundo trimestre de 2016

intenção é chegarmos às 18 províncias para diminuirmos este mal.

Quais são as dificuldades que os inspectores do trabalho enfrentam?

A localização das empresas e a mobilidade. Gasta-se muito tempo nos engarrafamentos para se chegar aos municípios.

Por outro lado, nem sempre o endereço que nos é fornecido é o correcto, isso rouba tempo. Mas estamos a trabalhar no sentido de aproximar os serviços nos municípios. Já temos alguns, por exemplo, em Viana, Ingombota e noutros.

Quais são os desafios principais da Inspeção Geral do Trabalho?

A médio prazo, pretendemos que todas as empresas tenham os seus trabalhadores no Sistema de Segurança Social e depositem as respectivas taxas para que, na velhice, tenham uma vida digna. Queremos também ver mais rigor no cumprimento da segurança, protecção e higiene no trabalho. Vamos continuar a realizar palestras de sensibilização e conversar com os empregadores.

HD TV
zap

A minha TV



**ANGOLA
MUSIC
AWARDS
LUANDA
2016**

**ACOMPANHE A GALA
DA MÚSICA ANGOLANA
EM DIRECTO**

SÁBADO

30 DE JULHO 20:00

zap viva

Canal 4

O MELHOR QUE HÁ É NA ZAP QUE DÁ.



LIGUE
935 555 500

apoio.cliente@zap.co.ao

Todos os dias, incluindo feriados,
das 7:00 às 24:00

Visite-nos em www.zap.co.ao e siga-nos



Economia/Política

ANÁLISE DA BLOOMBERG INTELLIGENCE

Corte de despesas no OGE acelera risco de recessão

CRESCIMENTO ECONÓMICO. Etiópia ou Quênia poderá ultrapassar Angola na terceira posição entre as economias da África subsaariana, de acordo com a 'Bloomberg Intelligence'.

Por Candido Mendes

O Governo entrou num "frenesim" de cortes de despesas — devido à queda abrupta de receitas petrolíferas — mas esses cortes terão "consequências negativas", entre as quais uma previsível recessão económica este ano, segundo os cálculos da Bloomberg Intelligence (BI) no seu mais recente relatório que cobre toda a África Subsaariana.

"O crescente endividamento e a suspensão das negociações com o Fundo Monetário Internacional para a obtenção de uma assistência financeira são susceptíveis de restringir o acesso do país ao endividamento externo, mecanismos que têm apoiado até agora na manutenção dos padrões de vida dos angolanos e da taxa de câmbio", lê-se no relatório.

O limite legal de endividamento sobre o Produto Interno Bruto é de 60%, e o défice orçamental está atualmente em 6%. Mas os pressupostos que levarão à revisão do Orçamento Geral do Estado de 2016 já admitem

que esses limites serão ultrapassados (ler página 15). Na mesma senda, o mais recente relatório do Centro de Estudos da Universidade Católica (CEIC) prevê que esses indicadores poderão chegar a 70% e 7% respectivamente, ainda em 2016.

Pelas contas da BI, a depreciação do kwanza deve contribuir também para o "encolhimento" do PIB nominal em dólares, permitindo à Etiópia e ao Quênia disputarem a posição número três, do ranking das maiores economias da África a sul do Saara.

A 'Bloomberg Intelligence' diz, no entanto, que o 'calvário' não é exclusivo de Angola. O crescimento económico da África Subsaariana tem caído substancialmente, em termos agregados, desde meados de 2014, acompanhado a queda do crude. Desaceleração que se reflecte no fraco crescimento de Angola e da Nigéria, os dois maiores exportadores de petróleo, assim como, em parte, da África do Sul. "Na realidade, a maioria das economias africanas beneficia de preços mais baixos do crude, especialmente os países da África Oriental, que devem agora superar os seus pares da África Ocidental", analisa a BI, destacando entre os beneficiários a Etiópia e o Quênia, mas também a Tanzânia "cujas perspectivas económicas indiscutivelmente melhoraram com a queda do petróleo".

Apesar de o Executivo angolano ter traçado planos de recuperação



MEMORIZE

- **A DEPRECIÇÃO** do kwanza deve contribuir também para o "encolhimento" do PIB nominal em dólares, permitindo à Etiópia e ao Quênia disputarem a posição número três, do ranking das maiores economias do continente a sul do Saara.

70

Por cento é quanto o CEIC estima que deverá atingir o limite legal de endividamento de Angola sobre o PIB, em 2016

de curto, e médio e longo prazos, a Bloomberg Intelligence diz que o "colapso do preço do petróleo tem efeitos de longo alcance sobre as economias africanas e os exportadores da commodity e vai levar tempo para essas economias se ajustarem".

DESISTIR DO FMI "RETROCESSO À TRANSPARÊNCIA"

O banco Londrino Standard Chartered (SC), que tem ajudado o governo e a Sonangol na obtenção de vários financiamentos internacionais ficou "surpreso" com a facto de Angola ter desistido das negociações para uma assistência financeira com o Fundo Monetário Internacional.

"A ausência de um programa do FMI para Angola é negativo e um retrocesso em termos de uma maior transparência", disse Victor Lopes um economista do banco citando pela Bloomberg.

O país agiu "pragmaticamente em 2008-2009" quando negociou, "com sucesso", o Acordo Standby que permitiu um crédito de 1,4 mil milhões de dólares, que incluía programas de reformas estruturais internacionalmente aplaudi-

das. O SC afirma que a capacidade de pagar a dívida externa "não está em questão por agora".

Outros actores internacionais, incluindo agências de notação, são unânimes em considerar que o país tem necessidade de assistência financeira, sendo que alguns apontam que as razões da desistência de Angola estarão relacionadas com a possibilidade de o Governo ter encontrado "outra fonte", que não exija programas de reforma fiscal e monetária, "o que permite a realização de despesas eleitorais" antes das eleições do próximo ano. Vários observadores não acreditam nas capacidades internas existentes e acham prematuro confiar na tímida subida do preço do crude que o mercado tem registado.

"Dados macroeconómicos confirmam que a presente crise já é pior do que a crise financeira de 2008 / 2009, e com as perspectivas de um longo período de preços de petróleo mais baixos, é esperado que esta exija uma resposta mais firme e prolongada da parte do Governo", lê-se no relatório do CEIC.



ABRAHÃO GOURGEL garantiu que os ministérios da Economia, Indústria, Agricultura, Pescas e Geologia e Minas estão a trabalhar com o BNA para a disponibilização de divisas aos empreendimentos considerados “centrais”.



VINTE MIL declarações de rendimento do Imposto Industrial foram recebidas, em 2015, pelos serviços da Administração Geral Tributária (AGT), no país, contra 14 mil de 2014.

PROGRAMA AGRO-PECUÁRIO MUDA DE MÃOS

Ministério do Comércio ‘perde controlo’ do PAPAGRO

REESTRUTURAÇÃO. Novo quadro decorre de alegados erros sistemáticos, verificados ao longo da implementação do programa, lançado em 2013.



Por José Zangui

O Programa de Aquisição de Produtos Agro-Pecuários (PAPAGRO) passa a estar sob gestão do Ministério da Família e Promoção da Mulher. A informação é avançada ao VALOR por fonte do Ministério do Comércio,

órgão que lançou o projecto em 2013 e, até ao momento, responsável pelo programa.

“O PAPAGRO passou agora para o Ministério da Família e Promoção da Mulher”, confirmou Conceição Gaspar, responsável do Ministério do Comércio indicado pelo ministro Fiel Constantino, para responder às perguntas deste jornal.

No princípio deste mês, o ministro do Comércio admitiu, em declarações à imprensa, ter havido erros

no funcionamento do PAPAGRO e avançou que deviam ser corrigidos.

Fiel Constantino advogou, na ocasião, a necessidade da criação de mercados distribuidores nas províncias. Para o governante, a existência de mercados abastecedores fariam com que os produtos saíssem dos pontos de produção para os centros de distribuição e chegassem “com a qualidade requerida e a preços razoáveis ao consumidor final”.

Foi precisamente este o objectivo do PAPAGRO, mas que nunca chegou a ter o êxito desejado. Logo no início, os camponeses reclamaram pelo funcionamento do programa, sobretudo no que tocava à morosidade no atendimento e atraso nos pagamentos. No entanto, fontes conhecedoras do

processo afirmaram ao VALOR que o “insucesso” do projecto se deveu a uma alegada falta de coordenação entre a anterior ministra do Comércio, Rosa Pacavira, e o BPC, banco financiador do programa.

As fontes não revelaram os meandros da ‘trapalhada’, mas anteciparam que uma medida governamental, estabelecida ao mais alto nível, já ditou a “exoneração dos técnicos do Ministério do Comércio que trabalhavam na gestão do PAPAGRO”, incluindo a do secretário-geral do ministério, Samora São.

O PAPAGRO foi lançado em Novembro de 2013 e recomeçou em 2015, para reajustes na sua gestão. Este ano, reactou com um novo modelo, mas os resultados tardam a surgir.

PUB

EU POSSO

SEMINÁRIO DE LIDERANÇA

ALTOS CONHECIMENTOS PARA ALTOS PROPOSITOS

FORMADORES



Richie Achukwu



Hardus Pretorius



Mamkie Molapo



David Molapo



Alamain Mnene

SESSÕES

- ▶ Qualidades de um Líder Auténtico
 - ♦ O Preço da Liderança
 - ♦ Marcas de um Líder
 - ♦ 21 Irrefutáveis Leis da Liderança
 - ♦ O Líder 360 Graus
- ▶ O Espírito de um Empreendedor
- ▶ Equilibrando Trabalho com Saúde e Bem-estar
- ▶ O Coração do Verdadeiro Líder
- ▶ As Poderosas Leis do Trabalho em Equipe
- ▶ Liderança Eficaz em Tempos de Crise ou de Turbulência



ICAN MAXWELL
LEADERSHIP AFRICA

PÚBLICO ALVO
Membros do Governo, Funcionários Públicos, Executivos de Empresas, Empresários, Empreendedores e Estudantes

Por Dia AOA 20.000,00 / Pacote Completo AOA 45.000,00

ORGANIZAÇÃO: Prime's House

PATROCÍNIO: Disruptable

SPOC: Valor Nova Cores

PARA REGISTO
Email: registo@eupossoliderar.org
Visite: www.eupossoliderar.org/registo

PARA COMPRA DE BILHETES & MAIS INFO CONTACTE
Office: +244 931 252 125
Mobile: +244 985 431 974

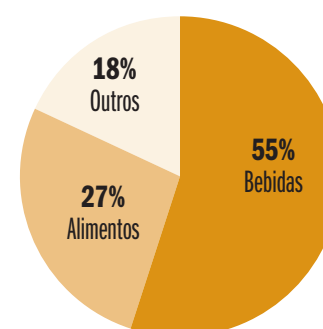
Economia/Política

DEFENDE RELATÓRIO DO CEIC

Angola precisa de preço do petróleo nos 85 USD para sair da crise



Angola bebe muito e come pouco, olhando para estrutura da sua indústria, contrariando as políticas de segurança alimentar. O país produz mais bebidas do que alimentos.



resolvem o problema”. “O Estado pensa que é preciso refazer as políticas e repensar o rumo que queremos. Buscar experiência de países vizinhos, como a Zâmbia, seria uma das soluções, em vez de imitar de países distantes”. Os Ministérios da Economia e do Planeamento encomendaram um estudo sobre a diversificação da economia, financiado pelo Banco Africano para o Desenvolvimento (BAD), mas os resultados não foram, até aqui, divulgados.

O relatório da UCAN salienta que as exportações do sector não petrolífero que deviam ser alternativas, neste período de baixa do preço do petróleo, têm sido residuais e o respectivo valor em média anual nunca atingiu os 2 mil milhões de dólares.

Em 2015, as receitas arrecadadas com as exportações não petrolíferas sofreram uma redução de 12%, ao passar de 1,5 mil milhões de dólares, em 2014, para 1,3 mil milhões de dólares em 2015, destaca ainda o estudo.

PAÍS PERDEU OPORTUNIDADES

Por outro lado, o CEIC entende que o país perdeu oportunidades para melhorar as condições de vida da população, quando, entre 2002 e 2008, viveu aquilo que o CEIC considera “período dourado”, numa altura em que o crescimento do PIB petrolífero atingia 10,1%, em 2002 e 12,8% em 2008.

De 2002 a 2015 as receitas com a exportação petrolífera foram de 538 mil milhões de dólares e as receitas fiscais do petróleo rondaram os 320 mil milhões de dólares. Neste período, segundo o CEIC, as despesas do Estado fixaram-se em 113 mil milhões de dólares. O relatório alerta ainda que a economia nacional ostenta um elevado nível de desigualdade, sendo que “20% da população concentra 60% dos rendimentos do país” e reforça que “o propalado crescimento económico não se transformou em desenvolvimento, nos últimos anos.

AVALIAÇÃO ECONÓMICA. Instituições financeiras internacionais como o FMI apontam para que, até 2020, o preço do barril do petróleo, que actualmente se situa entre os 46 e os 50 USD, dificilmente chegará aos 70 USD.

Por José Zangui

Angola precisa de um preço médio do barril do petróleo na ordem de entre 80 e 85 dólares para contornar a actual situação da deterioração da economia, alerta o director do Centro de Estudo e Investigação Científica (CEIC) da Universidade Católica de Angola, Alves da Rocha, reforçando, no entanto, que, “apesar do actual quadro, não há indicações de que o país entre em recessão”.

As projecções de instituições, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), apontam para que, até 2020, o preço do barril do petróleo, que actualmente oscila entre os 46 e 50 dólares, dificilmente chegará aos 70 dólares. As expectativas do FMI, quanto ao comportamento do preço do petróleo até 2030, colocam a facha em 64 dólares o barril. A situação deixa Angola “amarrada e com poucas soluções para pôr a economia a funcionar”, segundo a avaliação do director do CEIC da Universidade

Católica de Angola, Alves da Rocha.

O CEIC ressalta no seu mais recente relatório económico, publicado a semana passada, que está “preocupado” apenas com a dinâmica da diminuição da intensidade do crescimento da economia, ano após ano e, segundo prevê, “a taxa média do crescimento do PIB rondará os 2, 5% até 2020”. Já na edição do ano passado, o centro de investigação da Universidade Católica de Angola destacava, no seu relatório, a desaceleração estrutural da economia nacional, iniciada em meados de 2014.

Segundo os investigadores do CEIC, são vários os indicadores que permitem aferir que o país tem uma economia crítica, destacando a questão relativa à baixa do preço do petróleo, a escassez de divisas e o défice orçamental, para além das dificuldades de importação de matérias-primas.

A instituição sugere, no entanto, algumas soluções para a mitigação dos efeitos da crise no médio e longo prazos, realçando que parte destes problemas poderá ser resolvida mediante a revisão do OGE, o reajuste dos projectos públicos e o adiamento de projectos estruturantes com custos muito elevados.

De acordo com Alves da Rocha, mesmo que o barril do petróleo atinja os 55 dólares, o país terá de recorrer à dívida pública, pois “Angola nunca mais voltará a ter o equilíbrio macroeconómico que tinha nos anos anteriores”.

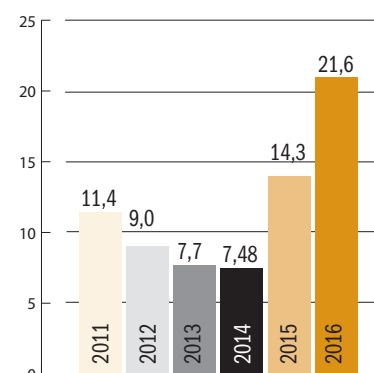
DIVERSIFICAÇÃO NO PAPEL

Há três anos que o CEIC alerta o Governo da necessidade de se diversificar a economia nacional, mas Alves da Rocha acusa as autoridades de não acatarem os avisos. O economista indica que, em 13 anos, a contribuição da agricultura no Produto Interno Bruto (PIB) cresceu apenas três pontos percentuais, saindo de 4%, em 2002, para 7%, em 2015. “Não se nota evolução na agricultura”, lamenta.

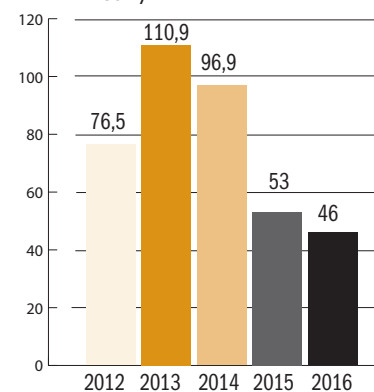
Para o engenheiro agrónomo, Fernando Pacheco, o problema da agricultura deveria ser encarado com seriedade mas as soluções que o Governo procura, segundo diz, não são as mais adequadas à realidade.

O especialista em agronomia explica que Angola é um país de pequenos agricultores mas “os recursos financeiros são canalizados para grandes empreendimentos que não

EVOLUÇÃO DA TAXA DE INFLAÇÃO ANUAL (%)



EVOLUÇÃO DO PREÇO DO PETRÓLEO EM USD / BARRIL





CONCERA

- ✓ Betão Pronto
- ✓ Pré-fabricados de Betão
- ✓ Pré-esforçados Ligeiros
- ✓ Betuminoso
- ✓ Aluguer de Equipamentos





✓ BETÃO PRONTO

- Classes de betão correntes
- Classes de betão especificadas

Para satisfazer as necessidades dos clientes, a Concera, S.A. produz, fornece e disponibiliza o serviço de bombagem do betão pronto, de acordo com as normas em vigor, tipos e classes especificadas.



✓ PRÉ-FABRICADOS DE BETÃO

• Blocos 	• Abobadilhas 	• Lancil 	• Pavê 	• Lajetas 
• Manilhas 	• Grelha de enlramento 	• Tubos 	• Cones 	• Caixas de visita 

✓ PRÉ-ESFORÇADOS LIGEIVOS

• Vigotas 	• Painel e Laje Alveolar 	• Laje TT 	• Ripas 
--	--	--	--

✓ BETUMINOSO

- Massas Asfálticas
- Aplicação de Massas Asfálticas



✓ ALUGUER DE EQUIPAMENTOS

- Máquinas para Movimentação de Terras
- Equipamentos de Movimentação de Cargas
- Transportes de Cargas e Equipamentos



Estrada das Terras Verdes
 km 1 Caope Velha Funda - Cacuaco – Luanda
 Escritório: (+244) 928 981 644
 comercial@concerangola.co.ao | www.concerangola.co.ao

Economia/Política

PROJECTO IMPLANTADO NA HUÍLA FOI FINANCIADO PELO BDA

Fábrica que gastou mais de 800 milhões continua encalhada

INDÚSTRIA. Paralisada nos anos 1980, a reactivação da unidade fabril, de concentrado de tomate, custou aos cofres do Estado mais de 801 milhões de kwanzas.

Por Isabel Dinis

A fábrica de concentrado de tomate, na Matala, Huíla, cuja inauguração estava prevista há sete anos, precisa de uma linha de montagem de embalagens e outros equipamentos para arrancar e diminuir os excedentes de produção. A revelação, ao VALOR, é do presidente do conselho de administração da Sociedade de Desenvolvimento da Matala (Sodmat), Cipriano Ndulumba, que lamenta o desperdício do excedente por falta de uma unidade de transformação.

A reactivação da unidade fabril, que parou nos anos 1980, foi financiada pelo Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA), em 2008, com mais de 801 milhões de kwanzas. No entanto, nunca chegou a reiniciar as actividades, apesar dos vários anúncios de inauguração.

Em 2009 foi anunciada pelo antigo presidente do conselho de administração da entidade gestora, Luis Salvaterra, o arranque da fábrica que não chegou a acontecer, por alegada falta de equipamentos.

Cipriano Ndulumba, responsável do perímetro há quatro anos, declarou ao VALOR que a sua direcção já encontrou o “problema” da fábrica, sublinhando que a conclusão da reactivação não aconteceu como se previa, em 2009, por causa de uma “descarga atmosférica provocada pela chuva que queimou uma peça essencial”.

A peça não chegou a ser montada, segundo o responsável, por o empreiteiro contratado, de origem

portuguesa, “ter abandonado o país” para cuidar de outro projecto em Moçambique.

“Volvido algum tempo, o empreiteiro regressou e apresentou a proposta dos equipamentos que estavam em falta na fase em que queimou uma das componentes eléctricas. Adquiriram-se as peças, mas o empreiteiro já não tinha recursos para dar seguimento ao resto do processo”, afirmou o responsável.

A Sodmat, entidade gestora do empreendimento, resolveu então ‘arregaçar as mangas’ e fazer um diagnóstico para se avaliar o que a fábrica precisava. No entanto, terá sido nessa altura que se perdeu de vista o empreiteiro que passou a ser contactado, desde então, somente via email.

Cipriano Ndulumba acredita que, actualmente, o “problema” da fábrica não tem que ver com a falta de contacto com o empreiteiro, mas com a falta de divisas para dar seguimento a segunda fase do projecto e para a importação dos equipamentos para a reactivação da empresa.

O responsável conta que, no ano passado, a Sodmat convidou quatro empresas de origem portuguesa, espanhola, sul-africana e outra nacional para avaliarem com “propostas concretas” o que a fábrica precisava para funcionar. Contudo, mais uma vez a falta de divisas condicionou o processo. Cipriano Ndulumba não precisou o montante necessário para a importação de equipamentos, mas



A inauguração do projecto está adiada desde 2009

2009

Ano em que uma descarga atmosférica provocada pela chuva queimou uma peça essencial da fábrica.

adianta que “são peças pequenas e técnicas”, com um valor inferior ao que o BDA já financiou.

“O banco é um grande parceiro e já disponibilizou outros financiamentos aos agricultores. O banco não vai abandonar a obra porque tem todo o interesse em que a fábrica funcione”, sublinhou.

O empreendimento tem uma capacidade de processar anualmente cerca de 12,5 mil toneladas de tomate

MEMORIZE

- O empreendimento tem uma capacidade de processar anualmente cerca de 12,5 mil toneladas de tomate fresco e pretendia gerar, já na altura do financiamento, cerca de 40 novos postos de trabalho.

fresco e pretendia gerar, já na altura do financiamento, cerca de 40 novos postos de trabalho. Para além da fábrica de tomate, na Huíla, os dados oficiais indicam que o Governo tem em carteira três outros projectos ligados a transformação de tomate, no Bengo, Benguela e Namibe com previsão de arranque, de forma faseada, até ao próximo ano.



Assembleia aprova Conta Geral do Estado

Os deputados à Assembleia Nacional aprovaram a Conta Geral do Estado, referente ao exercício económico de 2014, e recomendaram a realização de estudos para aferir as causas do nível baixo de receitas realizadas com a produção de diamantes. Os deputados recomendaram também a criação de mecanismos para o aumento da participação dos diamantes nas receitas tributárias não petrolíferas.

O ministro das Finanças, Armando Manuel, que apresentou o relatório, afirmou que a execução do Orçamento Geral do Estado em 2014 ficou marcada pela inesperada queda do preço do barril de petróleo no mercado internacional.

O preço médio de exportação do petróleo bruto angolano ficou fixado em 96 dólares por barril, enquanto a previsão era de 98 dólares.

A Conta Geral do Estado compreende as contas dos órgãos de soberania, de todos os órgãos da administração central e local do Estado, institutos públicos, serviços e fundos autónomos e o Instituto Nacional de Segurança Social.



Somos todos nós



SOMOS PELA INFORMAÇÃO ISENTA.

Na TPA estamos todos de acordo: é preciso falar claro para entender a actualidade nacional e formar opinião. Por isso, o programa de análise e debate da TPA tem um novo rosto e formato. Assista ao painel de jornalistas experientes que comentam os principais temas da semana, liderados por **Adalberto Lourenço**.

Todas as sextas-feiras depois do Telejornal, em directo na tpa1.

Reposição às segundas-feiras à 01h.



www.tpa.ao

Economia/Política

COM O APOIO DA UNIÃO EUROPEIA

INE gasta 2,7 milhões USD em formação

FORMAÇÃO. Pelo menos 2,7 milhões de dólares foram investidos num projecto de formação de mais de dois mil técnicos do Instituto Nacional de Estatística e de diferentes ministérios.

Por António Miguel

Mais de dois mil técnicos do Instituto Nacional de Estatística (INE) terminaram, sexta-feira, 22, um curso sobre cobertura, tratamento e actualidade de informação estatística. A formação, que durou cerca de quatro anos, abrangeu delegados provinciais do INE e de técnicos de diferentes departamentos ministeriais (como da Justiça, Transportes, Assistência e Reinserção Social e da Administração do Território).

O projecto, denominado 'Prestação de Serviços de Assistência Técnica para o Apoio ao Sistema Estatístico Nacional', custou pelo menos 2,7 milhões de dólares, tendo sido financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento da União Europeia (EU).

"Um sistema estatístico nacional eficaz e eficiente e que fornece informação regular e fiável sobre a economia e bem-estar da população é um importante indicador de boas políticas e uma componente crucial de boa governação", afirmou o chefe da delegação da União Europeia em Angola, Gordon Kricke.

O responsável informou ainda que a União Europeia vai continuar a apoiar, não só o Instituto Nacional de Estatística, como outros projectos do Governo angolano. Por exemplo, para apoiar projectos ligados à educação, agricultura, abastecimento de água e ao saneamento está previsto uma doação na ordem dos 200 milhões de dólares.



Director do INE garante que instituição tem vários projectos

O director-geral do INE, Camilo Ceita, afirmou que formações do género deverão continuar para que o Instituto esteja em condições de responder aos desafios que se impõem no que toca à produção de informação estatística, avançado que um calendário de publicações de diversos produtos estatísticos deverá ser apresentado nos próximos tempos.

MAIS ESTATÍSTICA AINDA ESTE ANO

Além da formação de quadros, para 2016, fazem parte das prioridades do INE o inquérito sobre a situação da saúde em Angola, que em breve será apresentado.

Na agenda para este ano, está ainda alistado o inquérito agropecuário e sobre a pesca. Camilo Ceita admite que sobre o trabalho do INE ainda recaem muitas dúvidas, defendendo que a realização do Censo Geral da

200

Milhões de dólares, é quanto a União Europeia prevê doar, nos próximos tempos, em projectos ligados a educação, agricultura, água e saneamento.

4

Anos é o tempo que durou a formação dos técnicos do Instituto Nacional de Estatística, financiado pela União Europeia.

População de 2014 veio dar maior credibilidade aos serviços do Instituto.

"Estamos no bom caminho. Ainda não somos a instituição que gostá-

ríamos de ser, mas acho que, com o tempo, com a formação dos técnicos as coisas vão melhorar", argumentou, acrescentando que "estamos a trabalhar com a Organização das Nações Unidas, para que constate que a metodologia que aplicamos são internacionais e os que os dados são aqueles que, de facto, reportámos no terreno".

Nesta fase de crise financeira, continuou Camilo Ceita, o INE é a instituição que devia ter apoio para reportar as diferentes fases da crise. Neste momento, o INE está a trabalhar em dados sobre a inflação e posteriormente vai produzir informações estatísticas sobre as contas nacionais e o Produto Interno Bruto trimestral. Para já, o Instituto Nacional de Estatística também está a ser afectado pela crise financeira, que impede a instituição de pôr em marcha alguns dos seus projectos, como o recrutamento de pessoal.

ENTREPOSTO

Estado deve mais de 20 milhões de dólares

O presidente do conselho de administração (PCA) do Entrepósito Aduaneiro de Angola (EAA), Joffre Van-Dúnem, esclareceu que é o Estado que tem uma dívida pública para com o EAA, na ordem dos 20 milhões de dólares. A clarificação surge, na sequência de, na entrevista, com o gestor público, publicada pelo VE, na edição passada número 18, ter ficado a ideia de que é o Entrepósito que está endividado.

Joffre Van-Dúnem explicou ainda que esta dívida foi contraída por diferentes organismos do Estado, antes de 2014, ano do anúncio da crise financeira. Por exemplo, quando se registou seca no Cunene, o Entrepósito Aduaneiro foi orientado pelo Governo a fornecer alimentos para as vítimas do fenómeno natural, não tendo sido paga esta operação.

O PCA da EAA corrigiu ainda que são 70% dos resultados que cobre o custo com o pessoal da empresa e não 90%, como afirmou durante a entrevista da semana passada, restando deste modo, 30% para aplicar em encargos financeiros e outras actividades do Entrepósito. Uma outra questão esclarecida é o facto de a empresa pública ter dois funcionários a colaborar no Ministério do Comércio e não dois trabalhadores que funcionam apenas no domingo, como diz o texto da edição 18. O interlocutor deixou claro também que o EAA tem feito o possível para equilibrar os resultados, no sentido de evitar despedimentos.



PELO MENOS 123 EMPRESAS nacionais estão já inscritas para a participação na 25.ª edição da Expo/Huila, a decorrer de 10 a 14 de Agosto. O certame prevê albergar 250 expositores.



MIL TONELADAS DE BATATA serão produzidas, até Setembro, por uma fábrica de processamento de tubérculo ligada ao grupo empresarial Jardins da Yoba, na Chibia, província da Huila.



Armando Manuel,
ministro das
Finanças

GOVERNO BAIXA PERSPECTIVAS

Revisão do Orçamento Geral do Estado em marcha

CONTAS PÚBLICAS. Ministério das Finanças confirma que o Governo deu início à revisão do Orçamento Geral do Estado 2016, devendo fixar o preço do barril do petróleo nos 41 dólares e estimar o crescimento da riqueza na ordem dos 1,3%. OGE revisto deve estimar um défice de 6,0% contra as 5,5% iniciais.

Por Nelson Rodrigues

O governo admite estar a rever os pressupostos usados na elaboração do Orçamento Geral do Estado (OGE) de 2016, oito meses passados desde a aprovação final global pelos deputados da Assembleia Nacional,

confirmou ao VALOR fonte oficial do Ministério das Finanças.

De acordo com a fonte, que acompanha o processo de revisão do OGE 2016, “é expectável que, até à tarde do dia 22 de Julho, o relatório de fundamentação esteja concluído”.

“A revisão do OGE 2016 está em marcha”, garantiu a fonte, sem precisar, no entanto, quando é que a comissão encarregue no processo de revisão do plano financeiro económico do Governo deve concluir os trabalhos.

A medida enquadra-se na reprogramação macroeconómica que o Governo anunciou, em comunicado, a 11 de Julho, prevendo a revisão dos principais indicadores

económicos, um défice das contas públicas na ordem dos 6,0% do PIB, contrariamente às estimativas iniciais que desenhavam um défice de 5,5%.

Na ‘nova’ programação financeira do Governo, também há um ‘corte’ nas perspectivas de evolução do preço médio do petróleo de 45 dólares por barril para 41 dólares. “O preço do petróleo registou uma média de 36 dólares o barril, no primeiro semestre de 2016”, lê-se no documento do Governo, que considera estar em “linha com as estimativas do OGE2016” a média 1.77 mil barris/dia.

De acordo com as Finanças, e face à evolução do preço do barril do petróleo nos primeiros seis meses deste ano, o Tesouro estima arrecadar 18 mil milhões de dólares em receitas fiscais, 8,3 mil milhões de dólares dos quais garantidos com a exportação de petróleo.

“Apesar dos desafios que se impõem a gestão macro fiscal e da volatilidade do preço de petróleo, o desempenho fiscal está praticamente em linha com as perspectivas do Orçamento Geral do Estado”, considera o Executivo.

CRÉDITOS AJUDAM

No documento que está disponível no portal do Minfin, o Governo de José Eduardo dos Santos assume ter finalizado, desde Novembro de 2015, negociações de linhas de crédito e facilidades de crédito individuais, avaliadas em 11,46 mil milhões de dólares, dos quais se incluem a linha de Crédito do Banco de Desenvolvimento da China (5 mil milhões USD) e as facilidades de crédito ao exportador com diversas instituições financeiras da China (1.98 mil milhões).

1,3%

É a nova previsão do Governo para o crescimento do PIB, em 2016.

6,0%

Nova estimativa do défice nas contas públicas contra os 5,5% projectados inicialmente pelo Governo.

41

Dólares correspondem ao ‘novo’ preço médio de referência para o barril de petróleo no OGE 2016.

O Governo também contabiliza, entre as negociações de crédito finalizadas, as facilidades de Crédito ao Exportador, com aporte ao seguro de Agências de Crédito ao Exportador (1.18 mil milhões USD) e outras facilidades de crédito em fase final de contratação (3.3 mil milhões USD), bem como a emissão de dívida interna titulada (512.36 mil milhões Kwanzas).

Até Junho último, as reservas cambiais posicionaram-se em 24 mil milhões de dólares e a dívida governamental nos 47,9 mil milhões de dólares, dos quais 25,5 mil milhões de dívida externa, conforme o documento do Executivo que antecipa a revisão do Orçamento Geral do Estado.

Salários de portugueses em Angola pagos em Agosto

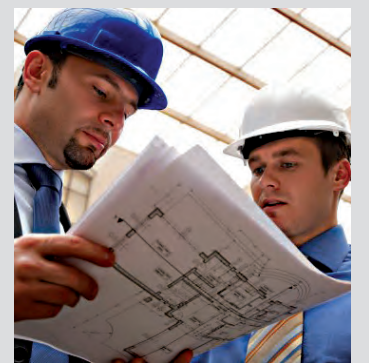
Os salários de cidadãos portugueses, que se encontram a trabalhar em Angola, poderão começar a ser pagos a partir do mês de Agosto, revelou o secretário de Estado da Internacionalização de Portugal, Jorge Costa Oliveira, durante uma reunião com o governador do Banco Nacional de Angola (BNA), Valter Filipe.

O encontro visou essencialmente tratar dos constrangimentos provocados pelos atrasos nas transferências dos salários dos trabalhadores portugueses, num contexto de crise.

Há trabalhadores portugueses em Angola que se queixam publicamente de atrasos nas transferências de salários para Portugal, desde o final de 2015. Em Abril deste ano, o sindicato da Construção de Portugal declarou ter sido informado pelo embaixador de Angola, em Portugal, sobre o pagamento a partir de Junho, que não aconteceu.

Jorge Costa Oliveira adiantou que o governo português tem “uma especial preocupação em relação à situação que atinge muitos trabalhadores e expatriados portugueses que estão em Angola, alguns dos quais têm atrasos nas transferências cambiais há muitos meses e que começam a reflectir-se em termos significativos no orçamento familiar dessas pessoas”, admitiu o governante português.

Estima-se que, em Angola, há mais de 20 mil trabalhadores portugueses com salários em atraso, denunciou, em Agosto do ano passado, o Sindicato da Construção de Portugal.



Mercado & Finanças

CONVIDADO PARA A CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

Emídio Pinheiro deixa Banco de Fomento Angola

BANCA. Fontes do VALOR avançam que o banqueiro recebeu convite para integrar a administração da Caixa Geral de Depósitos (CGD), banco luso de capitais públicos, e a imprensa portuguesa dá como certa a saída do gestor do comando do BFA, que assumiu há onze anos.

Por Nelson Rodrigues

O presidente da comissão executiva do Banco de Fomento Angola (BFA), Emídio Pinheiro, recebeu um convite para integrar a administração da Caixa Geral de Depósitos (CGD), deixando a liderança do banco detido pelo BPI e pela Unitel, soube o VALOR de fontes bancárias.

De saída do BFA, Emídio Pinheiro deixa a instituição na segunda posição no ranking dos cinco maiores bancos comerciais angolanos em activos e o primeiro maior no que aos lucros líquidos diz respeito. Segundo o balanço de 2015, o banco fechou o exercício financeiro com activos a valerem os 1.229,5 milhões kwanzas e lucros na ordem dos 44,5 mil milhões de kwanzas.

No BFA, Emídio Pinheiro trabalhou ao lado de seis administradores, nomeadamente Mariana Assis, António Matias, Vera Escórcio, Otilia Faleiro, Francisco Costa e Manuela Moreira.

O VALOR fez várias tentativas de contactar o banqueiro, mas, até ao fecho desta edição, não obteve qualquer confirmação. No entanto, a imprensa portuguesa dá como certa a ida do banqueiro à CGD. Na Caixa Geral de Depósitos, Emídio Pinheiro poderá integrar uma equipa de sete novos administradores executivos e mais 12 não-executivos. Leonor Beza e Rui Vilar constam da lista de novos quadros recrutados pelo Governo português para a administração do banco estatal, ambos



Mário Mijetes © AE

PERFIL

Emídio Pinheiro é presidente da comissão executiva do BFA desde 2005, sendo que o ingresso para o grupo BPI aconteceu mais cedo, em 1990. Na 'casa-mãe', o bancário desempenhou um conjunto variado de funções, incluindo a de administrador executivo do BPI Pensões e BPI Vida e das sociedades gestoras de fundos de investimento do BPI. Formado em Economia, o gestor teve ainda passagens nas áreas comerciais do BPI, como director central, com responsabilidades na Direcção de Emigração e Director Geral da Sucursal de França, além da Direcção de Centros de Investimento e Direcção Comercial de Particulares e Pequenos Negócios da Região de Lisboa da Direcção. Actualmente, é CEO no BFA, vice-presidente da direcção da ABANC - Associação Angolana de Bancos - e membro de direcção do Centro Angolano de Corporate Governance.

2005

Ano em que o gestor chegou ao Banco de Fomento Angola em substituição de Fernando Teles.

44,5

Mil milhões de kwanzas, lucros do BFA no exercício de 2015.

com as pastas de administradores não-executivos. Chefiado por António Domingues, no cargo de presidente da comissão executiva, Emídio Pinheiro e os sete administradores executivos, entre os quais o CEO do grupo automóvel francês PSA Peugeot Citroen, Carlos Tavares, vão ter a tarefa de devolver a estabilidade e solvabilidade ao banco estatal, que já soma cinco anos de prejuízos avaliados em cerca de dois mil milhões de euros.

O CEO do segundo maior banco comercial angolano em activos chegou à gestão do BFA em 2005, altura em que a entidade era controlada por Fernando Teles, que esteve à frente do banco por 12 anos e que, entretanto, saíra para lançar o Banco Internacional de Crédito (BIC).

O Banco de Fomento Angola é detido pelo luso Banco Português de Investimento (BPI), liderado por Fernando Ulrich, com 50,1%, e pela Unitel de Isabel dos Santos, com 49,9% das acções.



FINANCIAMENTO

BIC promove debate sobre investimento agrícola

O Banco BIC e o Ministério da Agricultura promovem, nesta terça-feira, 16, em Luanda, o seminário "Angola e o Investimento agrícola - parcerias", informa a instituição bancária, em comunicado de imprensa. A decorrer durante um dia, sob o lema "diversificar é crescer", o evento vai focar a sua abordagem na agricultura, pecuária e agro-indústria e será repartido em três painéis.

De acordo com o programa, o primeiro painel, com abordagem voltada à produção agrícola de cereais, hortícolas e frutícolas, terá como prelectores responsáveis da Sodepac e das fazendas Santo António/FTGM, Agrolider, Pipe e do grupo Euroeste. Para o segundo painel, com o foco para a pecuária bovinos, suínos e aves, estão reservadas intervenções de responsáveis da Cooperativa de Criadores de Gado de Angola, Fazenda Pérola do Kikuxi, Cooperativa do Planalto de Camabatela (Cooplaca), empresas Sicasal e Raporal.

Já o terceiro painel, que prevê abordar a temática sobre o financiamento da agro-indústria, contará com a participação de responsáveis do programa Angola Investe, Federação dos Agricultores de Portugal, da Associação Industrial de Angola (AIA), da Unidade Técnica para o Investimento Privado (UTIP), Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) e Banco BIC.



O PRESIDENTE da República autorizou a criação de uma sociedade pública para gerir alguns activos financeiros do BPC, participada a 100% pelo Ministério das Finanças, noticiou a Lusa que cita como fonte um despacho presidencial.



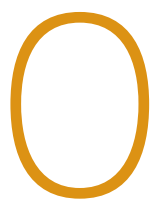
O BNA acolheu, de 20 a 21 deste mês, em Luanda, a conferência regional anual de Sistemas de Pagamentos da SADC. O evento visou, entre outros objectivos, analisar assuntos relacionados com o aprimoramento do projecto de integração dos sistemas de pagamento da região.

BALANÇO DE 2015

Quatro novos bancos com perdas de 2,4 mil milhões de kwanzas

RESULTADOS. Instituições 'carimbaram' os primeiros prejuízos nas contas de balanço, pouco menos de dois anos desde que arrancaram operações. Colossos da banca nacional também inscreveram perdas de 21,9 mil milhões de kwanzas.

Por Nelson Rodrigues



Os bancos de Desenvolvimento Rural (BIR), Prestígio, Pungo Andongo e Yetu fecharam o exercício financeiro de 2015 com prejuízos de 2,4 mil milhões de kwanzas, de acordo

com os relatórios de balanço das instituições publicadas nas suas páginas de internet.

De Janeiro a Novembro do ano passado, os quatro operadores passaram a integrar a lista dos bancos autorizados e com actividades iniciadas em Angola, passando a estar obrigados pela lei das instituições financeiras e pelo Banco Nacional de Angola (BNA) a declararem os seus resultados operacionais.

Individualmente, o BIR foi a instituição bancária que mais perdas inscreveu no balanço. Até 31

de Dezembro do ano passado, o banco contabilizou prejuízos de 980 milhões de kwanzas, seguido pelo Pungo Andongo, com 717 milhões de kwanzas, e o Prestígio, com 515 milhões de kwanzas.

A lista fica fechada com o Yetu que, desde que abriu portas em Setembro do ano passado, já somou perdas da ordem dos 275 milhões de kwanzas.

Para o Banco Pungo Andongo, as perdas registadas, no ano passado, estão relacionadas com os investimentos dos accionistas para o cres-

cimento do banco. "Começámos a actividade em Novembro do ano passado. As nossas operações iniciaram praticamente este ano. Estes prejuízos têm que ver com os investimentos realizados pelos sócios", explicou Filipe Lemos, um dos administradores da mais nova entidade.

Mas de perdas não é tudo. Também os 'colossos' bancos de Desenvolvimento de Angola (BDA) e de Comércio e Indústria (BCI) 'carimbaram' perdas nos seus relatórios de balanço referente a 2015.

Durante o exercício financeiro,

o BDA, a entidade pública liderada por Manuel Neto Costa, contabilizou prejuízos de 19,6 mil milhões de kwanzas. Já o BCI, outro banco de capitais públicos, fechou 2015, com perdas de 2,3 mil milhões de kwanzas, elevando para 14,9 mil milhões de kwanzas os prejuízos acumulados desde 2012.

No caso do BDA, foram os acréscimos das provisões de crédito de cobrança duvidosa que contribuíram para os resultados negativos. O mesmo argumento serve para o BCI que viu o malparado a aumentar de 25,5%, em 2012, para 36,4%, em 2013, e a fixar-se nos 24,3%, em 2014 – além dos custos de estruturas - 'marcas registadas' sob a gestão de Filomeno Ceita, actual presidente do conselho de administração do banco.

PUB



A DIVERSÃO MORA AQUI

AS MESMAS CARAS TÊM VIDAS TROCADAS, DE SEGUNDA A SEXTA ÀS 15H20.

Não perca a história de dois irmãos separados à nascença que o destino voltou a juntar, numa novela empolgante, cheia de emoções e boa disposição. Um exclusivo DStv no Canal Telemundo, posição 507.

CANAL 507





Quem é Quem?

Empresas & Negócios



O banco promete fazer, em breve, a actualização do qualificador profissional

PARA CONCLUIR PROCESSO DE FUSÃO

Millennium Atlântico pondera ‘igualar’ salários dos colaboradores

RECURSOS HUMANOS. Nova entidade bancária prevê actualizar qualificador profissional para ajustar salários às funções e posições de cada colaborador. Projecto deve dar entrada ao MAPTSS nos próximos dias. Integração de contas bancárias deve acontecer até Setembro.

Por Nelson Rodrigues

Os colaboradores do Banco Millennium Atlântico (BMA) poderão beneficiar, nos próximos tempos, de uma actualização salarial, dois meses passados desde a oficialização da fusão dos bancos Millennium Angola e Privado Atlântico, revela um projecto interno da nova entidade bancária a que o VALOR teve acesso. Ao que o jornal apurou, a actualização

salarial consta de uma estratégia denominada ‘Newsletter Projecto Atlântico’, que prevê a actualização do ‘Qualificador profissional’, a realização de exames médicos a colaboradores e a criação da equipa de prevenção de acidentes de trabalhos, além da formação de primeiros socorros no banco.

O banco garante que vai fazer a “actualização do qualificador profissional e o posterior envio ao Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS)”, lê-se no documento datado de 4 de Julho.

De acordo com o artigo nº164º da Lei Geral de Trabalho, o empregador é obrigado a assegurar para um mesmo trabalho ou para um

trabalho de igual função, conforme as condições de prestação da qualificação e do rendimento, a igualdade de remuneração entre os trabalhadores sem qualquer discriminação, com respeito pelas disposições desta lei.

O MAPTSS, por seu turno, considera que “um qualificador [profissional] bem elaborado permite a definição efectiva e realista dos salários na empresa e, com isso, uma via adequada para a paz social”, de acordo com o seu antigo director de trabalho e salários, à agência Angop.

A intenção da administração do Millennium Atlântico surge dois meses depois da publicação pelo VALOR de uma notícia que dava conta de descontentamentos de colaboradores do ex-Millennium Angola pela disparidade salarial existente em relação aos quadros do ex-Privado Atlântico.

Actualmente, e de acordo com um regulamento interno do ex-BMA sobre remuneração, um gerente de balcão recebe o salário de 1.750 dólares, que, ao câmbio de 121,009 kwanzas fixado pela gestão do banco, chega ao valor de 211.765 kwanzas. Já os gerentes de balcão do ex-BPA têm o vencimento mínimo estipulado em 2.500

2,5

Mil dólares é o valor, equivalente em kwanzas, pago, como salário, a um gerente de balcão do ex-Banco Privado Atlântico.

dólares e são pagos em kwanzas ao câmbio do dia.

Com a actualização do qualificador profissional, o banco prevê igualar os salários dos colaboradores às respectivas posições. Ou seja, do colaborador ao gerente de balcão, a nova entidade bancária, surgida da fusão entre o ex-BMA e ex-BPA, poderá fixar, para os colaboradores, os mesmos salários, obedecendo a posições a que estiverem colocados.

Do ‘Projecto Atlântico’, estão também previstos benefícios de saúde, precisamente de assistência médica na Clínica Dentária do Alvalade e do Oculista Okutala, ajudas de custos, férias de Natal e demais ajudas, no âmbito do ‘Sistemas de Incentivos e Gratificações Atlântico’.



Banco Keve sobe para 56 o número de agências

Mais duas novas agências do Banco Keve abriram recentemente portas ao público, aumentando para 56 o número de dependências do banco. Para consolidar presença em todo o território nacional, a instituição deve abrir mais seis novas agências, entre este ano e o próximo, avançou o CEO da entidade.

De acordo com Arlindo Rangel, consta da estratégia do banco marcar a presença em todo o país, um objectivo que visa aproximar os serviços aos clientes do banco espalhados nas 18 províncias.

“Temos como pretensão estar no país todo. Actualmente estamos com 56 agências a nível nacional e falta-nos estar em seis províncias. Se não tivéssemos esta dificuldade [económica e financeira] que é conhecida, talvez esse processo teria sido feito com mais rapidez”, disse o presidente da comissão executiva do Keve.

As duas novas agências foram abertas em Viana e no Luanda Shopping, no empreendimento Gika, respectivamente. Com estas inaugurações, o banco considera que as “regiões de maior densidade populacional passam a contar com um atendimento personalizado à altura das necessidades”, nomeadamente pelos serviços de crédito às empresas (Tesouraria, Investimento), particulares (crédito pessoal), pagamentos de salários e a guarda e remuneração dos depósitos à ordem e a prazo.



O GRUPO Jardins da Yoba investiu, nos últimos cinco anos, 10 milhões de dólares no sector agropecuário e industrial, na Huíla, numa fábrica de processamento de batata, informou o gerente João Saraiva.



A FALTA DE 2,3 milhões de dólares para a aquisição de equipamentos está a 'complicar' o arranque da fábrica de produção de plásticos 'Marivel', no Lubango, informou a responsável Ana Maria Marques.



Trabalhadores Já escreveram por duas vezes ao Ministério dos Petróleos

INDÚSTRIA FPAL investe em fábrica de leite

A Food Products Angola Lda (FPAL), empresa que actua no ramo de processamento, embalagens e distribuição de leite e outros géneros alimentícios, está a investir cerca de 630 milhões de kwanzas na construção de uma nova fábrica, num terreno de 2,9 hectares, no Kikuxi, em Viana.

O director-geral da empresa, Gyslain Rigo, explicou que o investimento consta de um projecto que visa o aumento da capacidade de empacotamento local do leite. "A ideia é deixarmos de importar a nossa marca já enlatada da África do Sul (Loya e Cowbell) e passar a produzir o leite no país", disse. A conclusão das obras da unidade fabril está prevista para o próximo ano, segundo o gestor que, no entanto, receia que os prazos avançados possam não ser cumpridos devido às dificuldades financeiras que o país vive.

Devido ao actual quadro económico, a empresa está a produzir 70 toneladas, por semana, só para satisfazer uma parte das necessidades do mercado, sendo que, desde Janeiro que não consegue obter divisas junto da banca comercial.

A situação terá provocado prejuízos na ordem dos 10 milhões de dólares. Actualmente, segundo Gyslain Rigo, a grande dificuldade tem que ver as dívidas, estimadas em 40 milhões de dólares, aos fornecedores que "estão decididos a suspender toda a importação de matéria-prima", até à liquidação das facturas vencidas.

ENTRE AS CAUSAS CONSTAM SUPOSTAS PRÁTICAS DE RACISMO

Trabalhadores da Servtech Sparrows ameaçam parar

GREVE. Numa carta dirigida ao Ministério dos Petróleos, o colectivo de trabalhadores nacionais da petrolífera britânica lista várias denúncias de alegadas práticas que atentam contra as leis angolanas.

Por Valdimiro Dias

Os trabalhadores da empresa petrolífera Servtech Sparrows que opera no campo petrolífero do Malongo, em Cabinda, em carta dirigida ao Ministério dos Petróleos (Minpet), ameaçam paralisar a produção, em protesto contra as alegadas "constantes violações à Lei angolana" por parte da entidade patronal.

O responsável da comissão sindical da empresa, Carlos Cucubica, em declarações ao VALOR, explica que, entre outras situações, estão em causa atropelos como discriminação racial, fuga ao fisco e ausência de um qualificador ocupacional, o que concorre para "o clima acirrado que se apossou dos trabalhadores" que, pela segunda vez, pedem a intervenção do

Ministério dos Petróleos, depois de, em 2014, terem recorrido ao mesmo expediente, "sem êxito".

Na carta endereçada ao Minpet, a que o VALOR teve acesso, o colectivo de trabalhadores da Servtech, faz denúncias, como a permanência de expatriados da empresa "em tempo exorbitante", entre oito e 25 anos, no território nacional, "por vezes com visto de trabalho caducado", contando com "a protecção e tráfico de influência" de autoridades angolanas.

"O mais grave são os actos racistas e de discriminação a que está sujeita a maioria dos colaboradores angolanos", lê-se no documento.

Os trabalhadores queixam-se que a direcção da Servtech "não promove nem qualifica os nacionais", mantendo-os "submissos aos colaboradores expatriados", apontando casos de funcionários que permanecem na posição de aprendizes ou de assistentes entre 15 e 20 anos, apesar de realizarem o mesmo trabalho que os expatriados, "mas com salários desiguais". Além de contrariar a orienta-

ção no sentido da angolanização da indústria petrolífera, os trabalhadores argumentam que, face à situação, as contribuições ao Estado, referentes ao imposto sobre o rendimento do trabalho (IRT) e à Segurança Social,

Quatro mil despedidos

O Sindicato dos Trabalhadores Organizados do Sector Petrolífero de Angola (STOSPA) está "preocupado" com a forma como muitos funcionários de empresas petrolíferas são demitidos. Segundo o secretário, Victor Aguiar, pelo menos quatro mil trabalhadores foram despedidos, em muitos casos de forma ilegal. Entre as empresas que já enveredaram pela prática de despedimento sem justa causa, Victor Aguiar cita as petrolíferas Sonamet, Pride Enso, Prezioso, Petromar, Xela, Anca, Dangel, Servtech, que demitiram funcionários "por reivindicarem os seus direitos".

também são atingidas, porque são baixas. "Mas há também uma violação do artigo 157 da Lei Geral do Trabalho, (LGT), que determina que o empregador está obrigado a assegurar para um mesmo trabalho a igualdade de remuneração entre os trabalhadores sem qualquer discriminação", insistem os trabalhadores, que levantam ainda a questão dos câmbios. Para eles, a recusa da empresa em pagar os salários ao câmbio do dia significa que o empregador está a usar um câmbio inferior ao praticado no banco, "apoderando-se" da diferença para pagar impostos. Conforme justificam, uma vez que a empresa compra kwanzas ao BNA para o pagamento de salários, os ordenados não deveriam ser pagos a um câmbio inferior ao praticado pelo banco central. "A empresa assim está a apoderar-se de uma diferença que, na verdade, faz parte do salário", contabilizam.

Contactados pelo VALOR, os responsáveis da empresa Servtech Sparrows recusaram-se a fazer quaisquer comentários.

(In)formalizando



Afonso Cabral quer pagar os impostos.



Isabel já criou uma marca e faz roupas para famosos.



Grande parte do material, como os panos, provém da China e da República do Congo.

USO DE PANOS AFRICANOS EM ROUPAS, ACESSÓRIOS E CALÇADO

Uma arte que virou negócio

MODA. Confeccionar calçados, pulseiras, óculos, pastas entre outros acessórios com panos africanos vai ganhando espaço em Angola. A arte virou negócio feito maioritariamente por jovens, que começaram numa “simples” diversão. São eles que garantem que é rentável.

Por Amélia Santos

Está na moda, é bom, é africano e quase todos gostam. Mas fica a questão, veio para ficar ou é mais um negócio de época? Os artesões garantem que confeccionar ou reciclar óculos, pulseiras, sapatos, pastas, entre outros acessórios, está a ser muito valorizado pelos angolanos, que, noutros tempos, “não

davam” tanta importância ao pano africano. E garantem que, além da arte, é um “negócio rentável”.

A residir no Brasil, Lucineide da Fonseca, de 24 anos, fez a primeira formação em corte e costura aos 11 anos. Além de confeccionar sapatos, gravatas, colares, brincos, pastas e pulseiras, criou uma marca, usando as iniciais L.F, também faz roupas e os famosos coletes em panos africanos e não só. Já vestiu, por quatro vezes, a vocalista Nany Soul do programa da Rede Globo ‘Altas Horas’.

Tudo o que vende faz no Brasil e envia para Angola, para as irmãs

venderem. Realizou, na semana passada, em Luanda, o primeiro bazar em que apresentou todos os seus trabalhos feitos no Brasil. A adesão dos clientes foi satisfatória, por isso, pretende “fazer mais e mais”. Quase esgotou os produtos. Uma das suas ambições passa por abrir lojas no Brasil e em Angola assim que terminar a formação e ser uma referência no país. Com o dinheiro que arrecada das vendas, consegue pagar todas as despesas e ainda a formação em marketing numa faculdade no Brasil.

O material usado, como o pano, é comprado normalmente na Chi-

“As peças confeccionadas não têm um preço fixo ou tabelado, porque depende muito de como o cliente quer. E varia de cliente para cliente.”



na. Uma muda de pano pode custar até 100 dólares. Por um par de sapatos, de saltos altos, cobra 10 mil kwanzas, uma pasta seis mil, sandálias rasas, quatro mil, colares também a quatro mil e o colete 10 mil. Uma das peças que considera mais difíceis de fazer é o colar.

Isabel Miguel, de 26 anos, estudante de Ciências da Comunicação, segue os mesmos passos de Lucineide: criou a marca IM, que foi apresentada oficialmente em Moçambique, no ano passado, na Bienal Internacional da CPLP.

Começou a costurar aos 10 anos, usando as próprias roupas e transformando-as em acessórios. Em 2010, encarou os trabalhos em pano com mais seriedade, e em 2015, transformou a arte em profissão. Confecciona coisas já existentes usando o método de reciclagem como as pastas e sapatos e faz também gravatas, brincos, fatos de banho, laços de gravatas, carteiras e colares, tudo forrado com panos africanos.

No concurso 'miss Cabinda de 2015', ganhou a fotogenia e foi ainda eleita miss Angola LNG, a fábrica de gás. Agora, tem um desafio de fornecer os acessórios aos apresentadores Kimbitto e Djamilia do programa 'Club Z' da Zap. Apoia alguns concursos de beleza, tem parcerias com os comités de miss de Luanda, Viana e Belas, em que fornece os fatos de banho e acessórios. Todo o material é feito com panos africanos.

Sem atelier no momento, Isabel Miguel faz o seu marketing e vendas nas redes sociais, ao domicílio e na residência. Conta com 10 colaboradores, que recebem comissões, conforme as vendas. Isabel garante que a arte hoje está a ser respeitada tal como a de um estilista, mas "precisa de ser mais explo-

100

dólares é quanto pode custar uma muda de pano proveniente da China

34

Mil kwanzas, valor suficiente para adquirir um par de sapatos, de saltos altos, uma pasta, sandálias e colares.

10

colaboradores pode ser um número razoável para começar a constituir um atelier.

rada". Sem querer revelar os lucros, assegura que já vive do artesanato, mas reconhece que, há uns anos, isso "não era" possível.

Importa os panos do Congo e na fronteira do Luvo. Nos mercados de Luanda, "fica mais caro", alerta. A maior dificuldade é encontrar material de qualidade internamente. Ambiciona ser uma artesã reconhecida como a Nadir Tati no estilismo. Com a crise, os preços não têm poupado os bolsos, mas, como diz o ditado, 'o segredo é alma do negócio', a artesã prefere não revelar, em entrevistas, os preços que pratica.

Em tempos, recorda, só os estrangeiros valorizam os panos africanos que, por Angola, "não eram bem aceites". A artesã acredita que, se as figuras públicas passassem a usar peças e acessó-



Lucineide são vendidas a preços muito mais baixos do que valem

rios com panos africanos, a população iria seguir a moda, porque elas "são referências". "Nós só valorizamos quando no exterior valorizam." Por isso, Isabel Miguel está convencida de que, apesar de "começar ser sempre mais difícil", aconselha a quem faz negócios com esta arte a "não desistir", porque ainda tem "muito a dar..." Afonso Cabral, de 26 anos é outro jovem que também se dedica à arte de trabalhar os panos. É responsável por vestir a apresentadora do programa da TPA, 'Ecos e Factos', Nina Godinho, e tem parcerias com escolas às quais fornece batas.

A falta de patrocínio é um dos problemas que enfrenta, mas, com a ajuda de mais quatro colegas, consegue satisfazer a procura. Além de vestir e dar acessórios à apresentadora, também faz brincos, colares, sapatos, pastas e muito mais.

As encomendas, ou o que vende, dependem muito do gosto do cliente. Não tem peças inéditas, por serem "muito caras" e o mercado "ainda não proporciona tanta oferta", mas pensa que, se as coisas a nível financeiro melhorarem, o quadro pode inverter.

As peças confeccionadas não têm um preço fixo ou tabelado, porque depende muito de como o cliente quer. E varia de cliente para cliente. Adquire o material nos mercados de Luanda, de Benguela e da vizinha República do Congo.

Apesar de já ter criado o atelier 'Anir', Afonso Cabral ainda não paga impostos, porque acredita estar dentro dos prazos estabelecidos por Lei.

PUB

www.macontransp.com



macon

Seu Destino, nosso Objectivo!

Aluguer, Fretamento & Turismo

A Macon Transportes está presente por toda Angola, excepto Cabinda, transportando pessoas para lazer ou trabalho há mais de 14 anos.

Realizamos os serviços de Aluguer, Fretamento e Turismo, para atender viagens de passeios, negócios e encontros diversos, além de soluções customizadas e adequadas para o transporte de funcionários de empresas entre suas casas e locais de trabalho.

Disponos de estrutura própria de atendimento e a frota mais nova do país, monitorada via satélite que significa maior segurança e pontualidade durante as viagens.



Fretamento



Urbano



Conforto para todo tipo de Viagem



Turismo



Autocarros Monitorados Via Satélite

A Macon têm as melhores opções para suas necessidades em Transporte, com serviços diferenciados com foco total no Conforto, Segurança e na Qualidade.



comercial@macontransp.com

923 61 61 58 / 226 21 35 04

DE JURE

MERCADO IMOBILIÁRIO

Conheça as alterações à nova Lei do arrendamento

LEGISLAÇÃO. A nova Lei de Arrendamento Urbano entrou em vigor em Janeiro deste ano e aplica-se a todos os contratos de arrendamento urbano celebrados após essa data.



Manuel Tomás © VE

Por Redacção

A nova lei já está publicada, desde o passado dia 21 de Outubro, quando passou a ser obrigatório fixar o valor das rendas em kwanzas, mas só no final do mês de Janeiro as restantes alterações entraram em vigor.

Entre as inovações, o novo diploma estabelece que, na relação entre o senhorio e o inquilino, “passa a ser proibida a antecipação da obrigação do pagamento das rendas, num prazo superior a três meses”.

À luz da nova versão da nova Lei do Arrendamento Urbano (LAU) passa igualmente a ser “obrigatório um conteúdo mínimo para o contrato de arrendamento. Neste caso, passa a ser obrigatória a apresentação da identificação de ambas as partes e do imóvel em questão, assim como a finalidade do arrendamento e o seu prazo”. Tam-

bém passa a ser obrigatória a apresentação do valor da renda, assim como a data de celebração.

O prazo a aplicar aos contratos de arrendamento urbanos passa a ser de dois anos e é igualmente “obrigatório a obtenção do Certificado de habitabilidade, e cominação, a qual terá multa no valor de três meses de renda aplicada ao senhorio, em todos os casos que não apresente a documentação referida, ou não a actualize quando for exigida legalmente”.

A nova LAU determina ainda que “todo o contrato de arrendamento, superior a seis anos, tem, obrigatoriamente, de ser registado, assim como todas as suas transmissões e subarrendamentos”.

Com a nova lei passa agora a ser possível celebrar o contrato de arrendamento habitacional de duração limitada, sendo que este não deverá ser inferior a cinco anos.

“O senhorio tem também a possibilidade de denunciar o arrendatário, sem obrigatoriedade de indemnização”, estabelece ainda a nova LAU.

Passa também a ser obrigatório o acompanhamento do regulamento da propriedade horizontal juntamente

com o contrato de arrendamento. Nos casos em que os proprietários não possuam esse documento, deverá ser anexado ao contrato outro documento que descreva o estado de conservação do local onde está o imóvel, assim como das suas dependências, e do próprio prédio.

Nesta nova lei do arrendamento também se decretou e clarificou o arrendamento para comércio e indústria. Neste caso, os regimes específicos deste tipo de contratos não serão aplicados aos contratos de instalação e uso de lojas (integradas somente em centros comerciais) para exploração.

As rendas passam a ser actualizadas através do uso de coeficientes de actualização, sendo que esses coeficientes serão determinados e publicados todos os anos pelo Governo.

Vale realçar ainda que a recusa da emissão do recibo da renda, por qualquer uma das partes, passa a ser considerado crime de especulação, punível por lei (multa de um a três anos), assim como é crime receber qualquer montante que não esteja especificado no contrato de arrendamento, bem como receber qualquer quantia para desocupação do imóvel arrendado.



Mário Mijangos © VE

PARLAMENTO

Deputados discutem desenvolvimento sustentável

Os deputados da Assembleia Nacional estiveram reunidos, a semana passada, para avaliar as ‘linhas de força’ dos instrumentos jurídicos para a implementação dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), por meio de acções focadas e coerentes.

A presidente da 3ª comissão de relações exteriores, cooperação internacional e comunidades angolanas no estrangeiro da Assembleia Nacional, Exalgina Gamboa, disse, na abertura do evento, que os ODS têm alcance universal que se aplicam a todos os países, quer os desenvolvidos,

quer os não desenvolvidos.

Segundo a responsável “todos os países membros da ONU comprometeram-se a implementar e incorporar as suas realidades locais para o desenvolvimento harmonioso e bem-estar da população, para os próximos 15 anos”.

A agenda 2030, ex-Agenda de Desenvolvimento Sustentável Pós-2015, foi oficialmente adoptada pelos 193 estados membros das Nações Unidas, em Setembro de 2015.

Trata-se de um documento ambicioso que propõe 17 Objectivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas que reúnem programas, acções e directrizes que orientarão a agenda da sustentabilidade até o ano de 2030.

Falta de regras na administração pública (II)*



Prof.ª Dr.ª
Elisa Rangel
Nunes

Jurista

Precisei de certidões matriciais actualizadas e tive de ser eu a fornecer às repartições fiscais os dados sobre as avaliações patrimoniais feitas em 2011, por aquelas repartições, pois os dados foram dar uma volta não se sabe por onde.

Este título merece uma segunda edição, oh se merece.

Agora para a Administração Pública Fiscal, a nova AGT, cheia de licenciados, mas também cheia de falta de regras.

Dirão, mas as leis aí estão, foram aprovadas e estão em vigor. Mas a questão fulcral permanece: que importam as leis, se não as sabem aplicar, se não existem pessoas para as interpretar e aplicar?

Pessoas há muitas, pois esta administração está cheia, gora pessoas ágeis de cabeça e com vontade de ajudar o cidadão a resolver os problemas que o levam aos seus balcões, isso é que continuamos com dúvidas.

Há dias, contei aos meus alunos que, em tempos, tive problemas para fazer o desalfandegamento das minhas "Lições de Finanças Públicas", porque, sem que soubesse, algum funcionário da repartição fiscal decidiu atribuir-me a qualidade de pessoa colectiva, só porque, como profissional liberal e com escritório aberto, pago IRT e imposto de selo sobre as facturas que emito aos clientes.

Fiquei com os livros retidos na alfândega do aeroporto porque tinha de enviar para o Ministério

do Comércio o alvará da tal pessoa colectiva, que nunca existiu.

Bem foi um processo e tanto de espera e que espero tenha sido mesmo resolvido, porque os livros saíram da alfândega.

Porém, já tinha contas feitas de juros e multas por ter atrasos de imposto industrial.

Mas os meus desencontros com a AGT não ficaram por aí.

Precisei de certidões matriciais actualizadas e tive de ser eu a fornecer às repartições fiscais os dados sobre as avaliações patrimoniais feitas em 2011, por aquelas repartições, pois os dados foram dar uma volta não se sabe por onde.

A verdade é que os impostos têm sido pagos regularmente com base no novo valor patrimonial que foi atribuído.

A contribuinte cumpre entregando anual e regularmente o IPU, convicta de que a AGT tem os seus dados actualizados e afinal apanha um grandessíssimo balde de água fria ao saber que os dados foram arejar.

O que mais virá a seguir????

Sim porque, no próximo ano, haverá mais livros e mais impostos prediais a pagar.

Luanda, 12 de Outubro de 2015

*In 'Crónicas de um criticismo acrílico', 1ª Edição, Março de 2016

PUB

TRANSCOOP
Transportes Rodoviários

AGILIDADE, CONFORTO, SEGURANÇA E EXCLUSIVIDADE



**SERVIÇO
PERSONALIZADO COM
CONFORTO E
SEGURANÇA**

**O TAXÍMETRO SÓ SERÁ LIGADO
NO LOCAL DA CHAMADA**



Rua 21 de Janeiro, Bairro Rocha Pinto, Luanda
Call center
(+244) 947 992 829
(+244) 993 091 599

Trabalhamos com multicaixa



Gestão

CALOUSTE GULBENKIAN

O 'senhor cinco por cento' e 'inimigo táctico'

PETRÓLEOS. A história do petróleo fica indelevelmente ligada à vida de Calouste Gulbenkian. O empresário arménio criou o acordo de exploração que ligou as principais companhias petrolíferas e foi o principal impulsionador da indústria do Golfo Pérsico. Filantropo, amante das artes e da cultura, chegou a ter uma das maiores colecionadores de artes no mundo. Obteve nacionalidade britânica, mas 'cortou' com os ingleses e morreu em Portugal.

Por Emídio Fernando

A actual indústria petrolífera, tal como a conhecemos, nunca seria o que é se não fosse a intervenção do empresário de origem arménia, mas nascido perto de Istambul, na Turquia, em 1869. Calouste Gulbenkian escapou da purga turca aos arménios, que provocou a morte a mais de um milhão de pessoas, e rumou para Londres onde concluiu os estudos em engenharia, aos 28 anos, no King's College. Aqui, ganhou uma paixão pelas artes.

Cedo percebeu a importância que o petróleo viria a ter na economia mundial. O pai já negociava querosene que importava da Rússia. No final do curso, fez uma viagem à Transcaucásia, visitando os campos petrolíferos de Baku, no Azerbaijão. Com apenas 22 anos, publicou o livro 'A Transcaucásia - recordações de viagem'. Alguns dos capítulos foram publicados numa revista que chegou às mãos do ministro das Minas turco. Gulbenkian foi encarregado de elaborar um relatório

sobre os campos de petróleo de todo o Império Otomano, em especial na Mesopotâmia.

Depois de ter elaborado trabalhos sobre as potencialidades da exploração do petróleo no Médio Oriente, organizou a Turkish Petroleum Company que depois se tornou na Iraq Petroleum Company. Criou ainda o grupo Royal Dutch, que serviu de ligação entre as indústrias norte-americanas e russas e deu o primeiro impulso à indústria na região do Golfo Pérsico.

Definitivamente instalado no centro do furacão da indústria, passou a ser conhecido como um negociador hábil e esclarecido, um perito financeiro de grande categoria que negociava contratos de exploração entre os grandes financeiros internacionais e as autoridades otomanas.

Os contactos, ao mais alto nível, permitiram-lhe, depois da 1.ª Guerra Mundial, fixar residência em França. Em 1928, é chamado a participar na divisão da Turkish Petroleum Company. Mudou radicalmente de vida e começou a construir uma fortuna que, no ano da morte, em 1955, era colossal. Só em obras, estava avaliada em 15 milhões de dólares (valores da altura).

Calouste Gulbenkian criou um acordo que consistia na atribuição, a cada uma das companhias - BP, Shell

15

Mil milhões de dólares, valor da colecção de arte de Gulbenkian, em 1955

5%

'cognome' de Calouste Gulbenkian por ser a percentagem com que ficou na partilha das receitas do petróleo.

Group, Companhia Francesa de Petróleos e Standard Oil/Mobil Oil - 23,75% do capital, cabendo os restantes 5% a ele próprio e a ter um estatuto diplomático. No mundo empresarial, passou a ser conhecido pelo 'senhor 5%'. A percentagem, aparentemente pequena, foi suficiente para fazer a tal fortuna e para comprar uma vasta colecção de obras de arte, valendo-se do estatuto diplomático para movimentar livremente as peças.



No meio do sucesso, Gulbenkian entrou no turbilhão da 2.ª Guerra Mundial. A nível pessoal e político. Com nacionalidade britânica e cônsul em Paris, deslocou-se a Vichy para acompanhar o general Pétain, aliado de Hitler. A 'traição' não agradou a Londres que passou a considera-lo um "inimigo táctico". Anos mais tarde, o empresário processou o Reino Unido, ganhou o caso em tribunal, mas cortou as relações com a Inglaterra. De tal forma, que recuou na intenção de oferecer a sua colecção à National Gallery que até já tinha criado uma ala com o nome do arménio.

Ainda durante a guerra, exilou-se em Portugal, habitando no melhor hotel, na altura, de Lisboa. A ideia inicial era ficar duas semanas, acabou por ficar 13 anos, morrendo em Lisboa, aos 86 anos. Só saiu uma vez, numa visita rápida a Paris, onde vivia a mulher e os dois filhos. Um deles, o próprio Gulbenkian apelidava-o de

'play-boy'. Ofereceu as suas colecções a Portugal, ao Museu Nacional de Arte Antiga e à fundação que ele criou com fins filantrópicos, artísticos, educativos e culturais. Exigiu que a Fundação Gulbenkian só fosse inaugurada a após a sua morte. Deixou-lhe todos os bens e rendimentos que se 'resumiam' às obras de arte e a acções nas principais companhias petrolíferas.

A colecção de arte europeia e asiática tinha mais de seis mil obras. Na arte europeia, reuniu quadros dos mestres primitivos à pintura impressionista, como de Carpaccio, Rubens, Van Dyck, Rembrandt, Gainsborough, Romney, Lawrence, Fragonard, Renoir, Manet, Degas, Monet, entre outros. Tinha ainda um espólio de escultura do antigo Egipto, cerâmicas orientais, manuscritos, encadernações e livros antigos, artigos de vidro da Síria, tapeçarias, têxteis, peças de joalheria, moedas gregas, medalhas italianas do Renascimento.

As oportunidades de África pós-Brexit



Calestous Juma

– professor de Prática de Desenvolvimento Internacional na Escola de Governação de Kennedy, na Universidade de Harvard, EUA – a autor do livro ‘Inovação e seus inimigos: por que as pessoas resistem às Novas Tecnologias’.

O mundo inteiro sentiu as ondas de choque com a decisão dos eleitores no Reino Unido de deixarem a União Europeia. África não foi excepção, especialmente tendo em conta os seus estreitos laços históricos com muitos Estados-membros da UE. Os especialistas e os políticos africanos foram rápidos a lamentar a nova ‘nuvem’ de incerteza económica que se abateu sobre o continente e a potencial catástrofe que se adivinha num futuro próximo.

Só a Namíbia tem estado sozinha a minimizar as consequências do ‘Brexit’, provavelmente porque as suas exportações para a UE diminuíram significativamente nos últimos anos. Mas o resto da África está a levar o assunto muito a sério, pelo menos, no que diz respeito às perspectivas a curto prazo.

No entanto, se partirmos de uma perspectiva a longo prazo, África deve estar optimista. A maioria de quem ‘espremeu’ o período pós-Brexit reflecte um pensamento tradicional de quem ignora os objectivos económicos de ambos os lados, o dos países africanos e o do Reino Unido. As análises sobre a posição da África como exportador de matérias-primas para o Reino Unido e para Europa assumem que toda a cooperação entre os dois continentes será sempre limitada à negociação de ‘commodities’.

Mas África aspira a muito mais do que isso. Como a população juvenil de África continua a crescer, isto deve empurrar para que haja mais inovação e menos dependência das exportações de ‘commodities’. Na verdade, a agenda africana para 2063, adoptada pela União Africana (UA) em 2013, visa estabelecer o continente como um conjunto de “economias de aprendizagem”: diversificadas, com a educação orientada para a inovação e com uma posição mais elevada nas cadeias globais de produção do que a mera extracção da matéria prima.

Em 2014, a UA adoptou a Ciência, Tecnologia e Estratégia de Inovação para África (Science, Technology, and Innovation Strategy for Africa (STISA), em inglês) um roteiro que desafia os organismos nacionais e regionais a determinarem o aumento de investimentos em infra-estruturas de investigação, na educação, noutras condições

necessárias para a inovação tecnológica e no empreendedorismo. Além desses investimentos iniciais, o plano também estabelece um quadro de compromisso entre África e os vizinhos do norte.

A estratégia do STISA coloca a cooperação científica acima da política nacional. Embora o voto no ‘Brexit’ seja geralmente considerado como um sinal do crescente sentimento nacionalista no Reino Unido, isso não significa que o Reino Unido - ou os restantes Estados membros da UE, individualmente - vá parar de ver a ciência e a tecnologia como motores de crescimento económico.

De facto, os cientistas no Reino Unido já se uniram para exigir que o financiamento da UE para a investigação em instituições britânicas não fique comprometida com as futuras negociações para a saída. Independentemente do resultado, as possibilidades parecem ser fortes para que África possa entrar em futuras parcerias com

Quando o potencial de África para a inovação e o empreendedorismo forem tidos em conta, numa perspectiva de longo prazo, o continente terá um futuro muito mais brilhante.

o Reino Unido e com a UE de forma avançar com a sua própria agenda de inovação.

No futuro, as questões nacionais e supranacionais vão, espera-se, importar menos do que a inovação. Mas a nova competição entre os Estados-membros da UE e um país não membro, como o Reino Unido, poderá levar à retoma de investimentos na ciência e na tecnologia nesses países. Esses investimentos deverão ser visíveis em centros de inovação tradicionais - em cida-

des com universidades que apostam na pesquisa, na tecnologia e na ciência e com algumas facilidades dadas a empresários e investidores.

Tal como acontece em Silicon Valley, esses centros vão tornar-se em ecossistemas subnacionais com uma presença global. Então, se as inovações vêm do Reino Unido, na UE, como em outro qualquer lugar, haverá oportunidades no mercado internacional para os países africanos que se prepararam para eles.

Isto vai obrigar a ajustes na diplomacia económica de África. Ruanda, Etiópia e Quênia já modificaram as suas políticas externas, designadamente na colocação e selecção de embaixadores, para se concentrarem em questões globais, económicas e comerciais.

Além disso, a posição da África no cenário económico global vai melhorar significativamente quando as negociações da Área de Livre Comércio Continental (ALCC) estiverem concluídas em 2017. O ALCC vai albergar um mercado de mais de mil milhões de pessoas com um PIB inicial acima de dos três triliões de dólares. O acordo final vai remover as barreiras comerciais, aumentando assim o investimento em infra-estruturas para que os países africanos tenham a capacidade industrial para competir a nível global. Em resumo, a ALCC é uma grande oportunidade para África reformular as suas relações com o Reino Unido e com o resto do mundo.

É preciso que as previsões ‘pós-Brexit’ para economias orientadas para a exportação, apesar da tristeza e melancolia que denotam, não percam um facto fundamental: no caso de África, as economias, em breve, vão confiar muito menos apenas nas exportações de ‘commodities’. Quando o potencial de África para a inovação e o empreendedorismo forem tidos em conta, numa perspectiva de longo prazo, o continente terá um futuro muito mais brilhante.



Internacional

TURQUIA SUSPENDEU CONVENÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Depois do golpe de Estado, a purga

INSTABILIDADE. A economia turca foi a primeira a ser atingida pelo golpe de Estado: os turistas fogem, há empresas encerradas e a produção de automóveis parou. Foi decretado o estado de emergência e o presidente, que retomou o poder, já mandou prender mais de 60 mil pessoas.

Por Emídio Fernando

Em convulsões sociais a políticas, a economia é a primeira a ser afectada. A Turquia, com o um golpe de Estado falhado, prepara-se para enfrentar um período negro com a fuga de empresas estrangeiras, o encerramento de indústrias, a quebra de produção de fábricas, como por exemplo, as de automóveis e o risco de perder os 40 milhões de turistas que chegam ao país por ano.

Logo a seguir ao golpe de Es-

tado, mesmo depois de estar confirmado o falhanço, as agências de viagens suspenderam as rotas para os destinos turcos, como as cidades de Istambul e Ancara, centros históricos e culturais.

Depois de ter estado refugiado em parte incerta, enquanto decorriam os acontecimentos em Istambul, o presidente Recep Erdogan recuperou o controlo do país, horas depois, o que levou especialistas internacionais a desconfiar que o golpe não tinha passado de uma manobra presidencial para tomar medidas drásticas. E foi o que aconteceu. A semana passada, Recep Erdogan suspendeu a Convenção dos Direitos Humanos que tinha assinado com a União Europeia e decretou, por três meses, o estado de emergência. Esta medida excepcional permite-lhe emitir legislação, sem necessidade de



Turcos páram de trabalhar para se manifestarem

recurso à Assembleia Nacional, limitar direitos e liberdades por considerar ser necessário garantir a segurança nacional. Assim, decretou o recolher obrigatório, fez regressar a pena de morte, restringiu o direito de manifestação e outras concentrações públicas, estabeleceu controlos de segurança e restrições à circulação em perímetros urbanos e outros locais. Apesar disso, o primeiro-mi-

nistro-adjunto, Mehmet Simsek, assegurou que que não seriam afectadas as "liberdades de movimento, de reunião e de imprensa". Numa mensagem destinada a tranquilizar a comunidade internacional, garantiu que o país "não está perante a repetição da lei marcial dos anos 1990".

No entanto, a internet foi suspensa e todas as redes sociais desligadas. Os opositores do re-

40

Milhões de turistas, por ano, visitam a Turquia, mas esse número vai ser afectado pelo golpe de Estado

gime pintaram paredes com os números 8.8.8.8 e 8.8.4.4 que são, nada mais, nada menos, do que códigos para se ter acesso à net, captando outras vias.

O estado de emergência chegou a ser aprovado pelo Parlamento turco.

Durante os dois dias que se seguiram à intentona, mais de 7.500 pessoas foram detidas para serem inquiridas, incluindo 6.038 militares, 755 magistrados e mais de 100 polícias. Numa semana, mais de 60 mil pessoas foram detidas, demitidas ou suspensas de funções, designadamente na Administração Pública e nas Forças Armadas. Um balanço oficial deu conta que, nas horas do golpe, morreram mais de 300 pessoas entre revoltosos e os leais ao presidente e houve mais de 1.400 feridos.

Oito oficiais turcos, com altas patentes, pediram asilo político na Grécia.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

À beira da segunda volta

As eleições em São Tomé e Príncipe podem ter uma segunda volta, depois de serem verificados, de novo, os votos. No final da semana passada, a Comissão Eleitoral Nacional (CNE) admitia que Evaristo Carvalho, dado como vencedor das presiden-



ciais, poderia não ter conseguido reunir o número de votos que lhe permitisse ter maioria absoluta.

Caso haja segunda volta, a cadeira presidencial será disputada por Evaristo Carvalho, apoiado pelo actual governo da Acção Democrática Independente (ADI), e pelo histórico Manuel Pinto da Costa, que concorre a um segundo mandato seguido.

A CNE admite marcar a segunda volta para 7 de Agosto. Nas eleições da semana passada, foi anunciado que Evaristo Carvalho tinha obtido 50,1% dos votos, contra os 24,8% de Manuel Pinto da Costa, actual presidente,

e os 24,1% de Maria das Neves (apoiada pelos partidos da oposição parlamentar). Segundo dados da CNE, votaram cerca de 71 mil eleitores, com uma abstenção de 35,91%.

Evaristo Carvalho liderou sempre as contagens parciais, mas em Angola os são-tomenses que votaram deram a maioria a Maria das Neves-

Evaristo Carvalho, de 75 anos e com 25 filhos, foi indicado pelo partido no poder, Acção Democrática Independente (ADI), e, ao longo da campanha, prometeu ajudar o governo de Patrice Trovoada.



ANTÓNIO GUTERRES conseguiu recolher o maior número de votos na ONU para ser eleito secretário-geral. Mas o candidato português precisa dos votos dos cinco países do Conselho de Segurança.



A **POLÍCIA FEDERAL** do Brasil deteve um grupo de dez suspeitos de estar a preparar um ataque terrorista durante os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, segundo um comunicado da Procuradoria da República.



A capital do Senegal, Dakar, vai ter uma centralidade de centenas de prédios

PROJECTO DE 500 MILHÕES DE DÓLARES 'Kilamba' no Senegal

O presidente senegalês, Macky Sall, lançou oficialmente o programa de modernização das cidades do Senegal, num projecto de que vai custar mais de 500 milhões de dólares.

O projecto, denominado Promovil, pretende superar o défice de estradas, aumentar a iluminação pública e os serviços públicos nas principais cidades, como escolas e centros de saúde e o número de rede de esgotos pública que se tornou inadequada.

Além destas obras, está prevista a construção, nos arredores da capital Dakar, v a construção de uma cidade que se vai chamar

Diamniadio. O executivo senegalês quer fazer da nova centralidade um "modelo de desenvolvimento".

Todo o programa Promovil tem merecido uma atenção especial do governo que acredita que, além de cumprir "com uma política de desenvolvimento regional" vai "restaurar a confiança" dos senegaleses.

O Promovil é financiado pelo Estado com o apoio do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e do Banco Mundial. O projecto começa por abranger as cidades de Dakar, Saint-Louis, Louga, Podor, Ndioum, Matam, Thies, Diourbel, Possas, Kaolack, Tambacounda, Kédougou, Gounass Medina, Kolda e Sédhiou Mas ainda não foram divulgadas as maquetes das novas infra-estruturas, nem as datas para a conclusão das obras.

JOGO VIRTUAL AFECTA REALIDADE Pokemon 'salva' Nintendo

É o grande sucesso do momento, em quase todo o mundo: o jogo Pokemon provoca loucuras, transformou-se num fenómeno e pode ter salvado a empresa que o criou, a japonesa Nintendo. Milhares de investidores correram, durante a semana, a comprar acções da empresa. A cotação, que até estava baixa, disparou e a empresa alimenta esperanças de repetir o sucesso que teve com outras personagens de videojogos.

O Pokémon Go, cujo sistema obriga o jogador a 'caçar' os bonecos virtuais em palcos reais, percorrendo ruas, parques, monumentos e locais públicos, foi lançado a 6 de Julho. De imediato, as acções da Nintendo subiram 120%, atingindo o valor mais elevado da década. Ao longo da última semana, os números voltaram a subir, levando a empresa a ultrapassar a compatriota Sony.

Especialistas de mercado bol-

sista lembraram que a Nintendo não estava a despertar interesse nos investidores e que as acções tendiam a cair, desde o lançamento, há quatro anos, da consola doméstica Wii U. As vendas ficaram aquém das expectativas.

No entanto, a Nintendo não é a única dona da aplicação para os telemóveis. Os Pokémon (uma palavra criada a partir das palavras 'pocket monster', ou 'monstros de bolso') foram criados na década de 1990 para o Game Boy, a antiga consola portátil da Nintendo. Actualmente, o leque alargado de produtos é gerido pela empresa 'The Pokémon Company', da qual a Nintendo tem cerca de um terço do capital. O Pokémon Go foi criado em parceria com a Niantic, uma empresa que nasceu dentro do Google e se autonomizou no ano passado.

O jogo pode ser descarregado gratuitamente para iPhone e aparelhos com Android, mas os utilizadores têm depois a possibilidade de comprar itens dentro do jogo.



ANTI-DUMPING China contra métodos

O Ministério do Comércio da China apelou à União Europeia (UE) que deixe de utilizar o "antiquado" método de investigação 'antidumping', que analisa a possível concorrência desleal de produtos chineses que chegam à Europa. O governo chinês considera que o método – e não a investigação – contraria o protocolo da Organização Mundial do Comércio.

Num comunicado difundido através da agência oficial Xinhua, o Ministério apela a que no final deste ano a UE abandone o actual método, utilizado para investigar

A comissão europeia para o Comércio, Cecilia Malmström, garantiu que a Comissão Europeia está disponível para propor "uma nova metodologia 'antidumping' que capte as distorções no mercado relacionadas com a intervenção estatal em países terceiros". Pequim considera que o método actual usa os custos de produção de 'países terceiros', para calcular o valor dos produtos em países que não são considerados 'economias de mercado' (entre os quais a China), o que permite à UE cobrar altos impostos. O Ministério recorda que todos os membros da OMC devem guiar-se pelas normas, "sem ter em conta os padrões locais e outros factores, como o excesso de capacidade industrial".

EUA

Trump candidato oficial

Donald Trump (na foto) foi indicado oficialmente candidato à presidência dos Estados Unidos pelo Partido Republicano. A decisão foi tomada na convenção do partido, cuja maioria de delegados foi eleita pelo empresário norte-americano.

Num discurso na sessão de encerramento, Donald Trump prometeu

chegar à Casa Branca e garantiu que, com ele na presidência, vai "acabar crime e a violência que aflige a nação". "Sou o candidato da lei e ordem", avisou, reafirmando a intenção de construir um muro na fronteira que separa os EUA do México para travar a emigração de mexicanos e latino-americanos. Também manifestou a intenção de expulsar dos EUA os 11 milhões de emigrantes ilegais que trabalham e vivem no país.

A convenção foi marcada ainda

por inúmeros protestos tanto dentro como fora do recinto, em Ohio. E ficou ainda assinalada por um momento insólito quando a mulher de Donald Trump, Melania, subiu ao palco para discursar, mas usando o mesmo discurso proferido por Michelle Obama, em 2008.

Aos 70 anos, Donald Trump vai enfrentar, em Novembro, a candidata do Partido Democrata, Hillary Clinton, mulher do antigo presidente Bill Clinton e ex-secretária de Estado.



Ambiente

A TERRA ESTÁ A AQUECER DE ANO PARA ANO

2016 pode ser o ano mais quente de sempre

AQUECIMENTO GLOBAL. Este ano está a ser considerado o mais quente desde 1880, desde que começaram os registos de temperatura. No primeiro semestre de 2016, as temperaturas foram 1,3 graus mais altas do que a média e Junho bateu todos os recordes. As altas temperaturas estão a provocar o degelo nos polos que perdeu 40% da sua superfície.

Por Edno Pimentel*

Em Junho, a temperatura média global foi 0,9 graus Celsius superior à média do século XX, mas desde Abril de 2015 que os recordes de temperatura têm vindo a ser continuamente ‘batidos’. Pelo menos, a primeira metade de 2016 já foi a mais quente desde que há registos. Junho foi o 14.º mês consecutivo a registar as mais altas de sempre.

Se as temperaturas continuarem a aumentar durante este ano, 2016 pode tornar-se no ano mais quente, exactamente desde que começou o registo, em 1880, alertam os especialistas ambientais e a NASA. A estação espacial dos EUA revela que a temperatura média actual é 1,3°C, a mais elevada em relação ao final do século XIX.

De acordo com o jornal The Guardian, o mês passado foi o Junho mais quente de sempre e, para encontrar um Junho com temperaturas abaixo da média do século XX, é necessário recuar 40 anos. Além disso, em cinco dos primeiros seis meses de 2016, a extensão de gelo no Ártico foi a menor de sempre para os respectivos meses. A excepção foi Março, que fica em segundo lugar na lista dos marços com menos gelo no Ártico.

Além da temperatura global, a extensão de gelo na zona do Ártico é um dos mais importantes indica-



dores das alterações climáticas. Em relação a 1979, em que começaram os registos, assinala-se actualmente menos 40 por cento de superfície ocupada por gelo no Ártico no pico do degelo que ocorre nos meses de verão.

A NASA explica, no entanto, que não são os recordes individuais que devem preocupar, mas sim a tendência global do planeta. Os dez anos mais quentes de sempre aconteceram depois de 1998. 2015 terá sido o mais quente de sempre, mas tudo indica que será destronado por 2016.

Há alguns anos que os cientistas sabem que a Groenlândia, por exemplo, passa por um severo processo de degelo, mas um novo estudo, com uso de tecnologias de satélite, foi capaz de quantificar o problema. E o resultado é alarmante: entre 2011 e 2014, a maior ilha do mundo perdeu um trilhão de toneladas de gelo.

MEMORIZE

● **Angola participou**, em Abril deste ano, nos Acordos de Paris que defendem a aplicação de medidas que reduzam a temperatura mundial. O texto final foi assinado por 195 países, com destaque para os mais industrializados que também são os mais poluidores. Foi o primeiro pacto universal na luta contra as mudanças climáticas que têm provocado catástrofes em todo o mundo.

E uma parte considerável aconteceu em apenas cinco glaciares, o que alerta ainda mais os pesquisadores.

Estudos anteriores sugerem que a Groenlândia perdeu pelo menos nove trilhões de toneladas de gelo no

século passado, mas a velocidade do degelo aumenta nos últimos anos. A região é considerada chave para os pesquisadores climáticos devido ao potencial de contribuição para a elevação dos níveis do mar, calculado em aproximadamente seis metros, caso todo o gelo derreta. Desde 1990, a ilha contribuiu com 10 por cento de todo o aumento dos níveis do mar.

A nova pesquisa, conduzida por pesquisadores de universidades britânicas e alemãs, mostra dados da superfície da Groenlândia captados pelo satélite CryoSat-2 entre 2011 e 2014. Basicamente, o equipamento utiliza um altímetro capaz de medir como a altitude da superfície da região aumenta e diminui de acordo com o ganho e perda de gelo.

Gavin Schmidt, director do Instituto Goddard para Estudos Espa-

ciais da NASA, explicou que a marca do ‘El Niño’ se fez notar este ano, mas os registos são tão excepcionais, principalmente no Ártico, que não se podem explicar apenas por este fenómeno no Pacífico”. O ‘El Niño’ é um conjunto de fenómenos, associados a uma inversão das correntes marítimas, que acontecem com uma frequência irregular, no Oceano Pacífico, e que provocam um aumento das temperaturas da água e dos ventos. Este ano, os fenómenos fizeram-se sentir com bastante intensidade.

POLÍTICOS REAGEM

O Acordo de Paris sobre as alterações climáticas, assinado em Abril deste ano, procura evitar que o aumento da temperatura global no fim do século seja superior a 2°C. Mais de 190 países assinaram o acordo sobre mudanças climáticas na sede da ONU, em Nova Iorque, EUA. Entre os signatários – Angola marcou presença com a ministra do Ambiente, Fátima Jardim –, estavam algumas das maiores potências industriais do mundo e vários dos principais emissores de gases do efeito estufa, como a China, Estados Unidos, Índia, Japão e vários países da União Europeia.

O acordo foi o primeiro pacto universal de luta contra a mudança climática de cumprimento obrigatório e determina que os 195 países signatários ajam para que a temperatura média do planeta sofra uma elevação “muito abaixo de 2°C”, mas “reunindo esforços para limitar o aumento de temperatura a 1,5°C”.

*com agências

COM A REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS CIENTÍFICAS

Universidades podem encontrar financiamento nas empresas

ENSINO SUPERIOR. Propinas mensais dos estudantes continuam a ser, até ao momento, a única fonte de financiamento das instituições do ensino superior (IES) privadas, enquanto as públicas dependem apenas do Orçamento Geral do Estado (OGE). Académicos garantem que a realização de investigação e estudos científicos, encomendados por empresas, podem ser uma “boa alternativa” para arrecadar receitas.

Por Edno Pimentel

Com a crise financeira, muitas instituições do ensino superior, sobretudo privadas, debatem-se com a dificuldade de encontrar outras fontes de recursos financeiros, que estão actualmente limitadas às propinas vindas dos estudantes, ou à fatia do OGE, para o caso das universidades públicas.

Os reitores e académicos defendem que as instituições do ensino superior podem recorrer a empresas, quer públicas, quer privadas, como uma fonte de financiamento, com a realização de estudos académicos, para a publicação de livros, estudos e revistas científicas, elaboração de pesquisas de fenómenos sociais, entre outras.

Santos Nicolau, por exemplo, decano da Faculdade de Medicina da

Universidade Agostinho Neto (FM/UAN), defende que as universidades podem buscar financiamento com a venda de serviços de investigação a empresas. No entanto, acautela que, para que tal aconteça, é necessário que haja “condições adequadas para ter o produto”. “É preciso que a instituição do ensino superior que pretenda realizar uma investigação tenha uma patente que lhe permita, depois, ter recursos. A investigação pode gerar muitos recursos e tornar as universidades financeiramente autónomas”, defende Santos Nicolau, lamentando que ainda “não é ainda o nosso caso”.

Já o secretário-geral da Universidade Católica de Angola (UCAN), Laurindo Miji Viagem, citado pelo Jornal ‘Nova Gazeta’, defende que Angola “já tem estruturas, investigadores e projectos de investigação”. No entanto, o problema passa pelo financiamento que “não existe”. “O país deve fazer todo o esforço para que as universidades investiguem. As empresas podem ser outra fonte de financiamento, mas não estão habituadas a fazer investimentos a longo prazo. Há o imediatismo do lucro e não investem para que as



Nenhuma das 65 instituições do ensino superior se serve das pesquisas como fonte de financiamento.

universidades possam fazer investigação e obter uma repercussão social e política.”

O reitor da Universidade Lusíada de Angola (ULA), Mário Pinto de Andrade, defende as universidades podem financiar-se se os vários departamentos ministeriais, como acontece em muitos países, solicitarem às academias. “Muitos estudos que se pedem a expatriados fora ou dentro de Angola podem ser encomendados às nossas instituições. Esta é uma forma indirecta de serem financiadas”, entende aquele o responsável, acrescentando que, “sem financiamento, não é possível fazer-se investigação. “Tem de haver um casamento entre o Governo e as universidades, um fundo que, de facto, permita as universidades serem financiadas por um fundo que possa vir do Estado”.

Mário Pinto de Andrade observa que o Ministério do Ensino Superior “abdica do papel que as universidades têm de desenvolver este

trabalho e recorre sempre a consultores estrangeiros para fazer estudos, quando as universidades em Angola têm centros de investigação, como a Universidade Católica de Angola (UCAN), que tem produzido vários relatórios económicos e sociais do país, assim como as faculdades de Letras, de Ciências Sociais, de Economia da Universidade Agostinho Neto (FEC/UAN) e a ULA, que também têm centros de investigação”. “Há várias instituições que têm centros de investigação onde esse estudo podia ser realizado. Era possível realizar-se esse estudo ao nível das nossas universidades, com os nossos professores e investigadores e o dinheiro gasto poderia ficar em Angola, ao invés de se ir buscar consultores externos e o dinheiro ficar lá fora”, afirmou em declarações ao Nova Gazeta

Quem corrobora da mesma opinião é Jofre dos Santos, presidente da Associação dos Estudantes das Universidades Privadas de Angola

(AEUPA), que defende que as instituições do ensino superior realizam actividades que implicam despesas, mas que, também, podem permitir arrecadar receitas.

O líder estudantil entende que já é altura de as instituições encontrarem outras formas de diversificar as fontes de financiamento e deixarem de depender essencialmente as propinas e emolumentos, assim como as instituições públicas não devem depender apenas do Orçamento Geral do Estado (OGE).

Como alternativa, Jofre dos Santos aponta a venda de publicações, revistas e artigos científicos, a venda de soluções técnicas e tecnológicas, cursos de pós-graduação profissionais, realização de conferências, palestras. “Isso ajuda as instituições a terem fontes diversificadas de financiamento e reduzir, por conseguinte, as exigências sobre os seus principais financiadores, que são os estudantes e as suas famílias”, conclui o líder estudantil.

Marcas & Estilos

Relíquias funcionais

O Camicino é um armário de armazenamento móvel de que precisa em sua casa. Projectado em 1995, por Marco Gaudenzi para o fabricante de mobiliário italiano Tonelli, tem seis bandejas giratórias e combina a funcionalidade impecável e o design impressionante.

Memórias digitais

Os registos memoráveis não podem ser minimizados. O melhor é 'digitalizá-los' com a nova 'Leica M Typ 240'. Comporta os quatro elementos básicos da fotografia: velocidade, abertura, ISO, e foco.

Atracções veludas

Leve e macio, os casacos Dintex carregam uma membrana de termoplástico de poliuretano e um repelente durável de água, que proporciona resistência não só à água, mas ao vento, mantendo o mais alto nível de respirabilidade.

No arco-íris

O vestido Mary Katrantzou vai fazer-lhe sentir nas nuvens. O tom arco-íris, em costura preta e decote redondo, faz uma silhueta com toque especial, que sobressai o estilo, num zíper traseiro escondido de costura multicolorida.

Contado ao minuto

Se as qualidades do seu pulso exigem pontualidade, perspicácia, pudicícia e perfeição, nada se ajustará melhor que o cronógrafo da Panerai Luminor de 1950. Com esta relíquia de 72 horas de reserva de energia, as suas horas jamais terão os dias 'contados'.

Gostos nivelados

O casaco de seda de mangas compridas da Lanvin Tan revelam o seu bom gosto no colarinho de lapela, que caracteriza o adorno de feltro. O fecho de botões na parte de frente e as ombreiras niveladas dão forma e estética ao seu corpo.



Cabo Ledo: mais do que belo

Em tempos de crise, nada melhor do que usar a imaginação. Por exemplo, como a falta de divisas impede muita gente de passar férias fora de Angola, o melhor mesmo é fazer turismo cá dentro. Não faltam opções, apesar de se questionar a falta de hotéis ou as estradas em péssimo estado. Mesmo com os buracos na estrada, Cabo Ledo

tem ofertas excepcionais: primeiro, a praia enorme com um vasto areal. Depois, há os quartos, em pequenos hotéis, ou em bungalows à beira-mar. Por fim, o peixe grelhado, como o pungo, e as noites em paraíso. Com o cacimbo, até está tudo mais barato e não há enchentes como nos dias de maior calor. Para descansar, ler e até... namorar.



Em liberdade

Um Jeep e, ainda por cima, descapotável associa-se imediatamente à aventura, liberdade, calor, desejo, a... África. Faz parte do imaginário de qualquer africano percorrer as estradas vermelhas, as planícies ou as areias das praias, num automóvel como este Wrangler. Dizem os entendidos que é mesmo o "carro oficial do verão". E como Angola é verão durante nove meses... A página da marca sugere que, além do prazer de se percorrer as estradas ao vento, o Jeep sobe pedras, graças à tracção 4X4, aguenta-se na areia do deserto escaldante e escala montanhas. Esta versão só é compatível para quatro pessoas e tem pouco espaço na bagageira. Na hora da compra, a marca permite uma série de extras, entre eles, o sistema de navegação GPS e acessórios para transporte de bicicletas ou de barcos. Para quem gosta mesmo do 'ar livre'.

“Como sempre trabalhei com a RTP e apresentei o projecto, logo recebi ajuda. Mesmo os próprios músicos não acreditavam muito. Encontrei muitas dificuldades, chamavam-me maluco.”

DANIEL MENDES, DIRECTOR DO ANGOLA MUSIC AWARDS

“Não temos dinheiro para dar”

ENTREVISTA. A gala da 4.ª edição dos Angola Music Awards (AMA) está marcada para sábado. Os vencedores das dez categorias têm acesso directo aos PALOP Music Awards, do próximo ano. O director, Daniel Mendes, afirma que só dá prémios e não dinheiro que “acaba rápido”.

Por Amélia Santos

Além do troféu, o artista deve receber também dinheiro?

O nosso objectivo é preparar o artista para fazer uma carreira nacional e internacional. O AMA não tem dinheiro para dar, nem é esse o nosso objectivo. O artista deve ser reconhecido pelo seu trabalho e mérito e abrir outras portas. O AMA não dá dinheiro. O dinheiro acaba, mas abrir uma porta para a carreira internacional é mais vantajoso. O AMA é uma chave para o sucesso.

O que de diferente tem de outros concursos em Angola?

Nunca chego a comparar, porque são completamente diferentes. A maioria está ligada a um órgão de comunicação social. Dentro do regulamento deles, estão direccionados àquilo que passa na rádio. Nós lançamos aquilo que é produzido a nível nacional num determinado ano. Nomeamos o artista, música, composição, álbum e vídeo entre outras avaliações. Não estamos ligados a nenhum órgão de comunicação social.

Como avalia o mercado de entretenimento?

Está a crescer. Quando comecei a fazer concertos com os SSP, trabalhei com muitos artistas e dei formação a outros. Muitos, que hoje têm produtoras de eventos, passaram pela minha mão. O mercado está a desenvolver-se. Abriram várias produtoras e, em cada ano,

nascem dois a três artistas. Só há uma coisa que sinto pena e tento combater: tudo está centralizado em Luanda. Os artistas só se concentram em Luanda, na Praça da Independência, e deixam vários locais de fora e assim vendem pouco quando podiam vender mais de 10 mil cópias.

Como entrou no mundo da música?

Sou um amante da cultura, promotor da música angolana. Tenho trabalhado há mais de 20 anos na música. Fui músico, formei o grupo ‘African Voices’, em Portugal. Trabalhei como manager com os SSP, Bruna Tatiana, Paul G, Lurdes Van-Dunem, Mise Badia (cantora cabo-verdiana), Rey Kuango, Papitchulo entre outros.

O que vai ser o PALOP Music Awards?

Eu e o Gelito Semedo, organizador do Cabo-Verde Music Awards, criamos os ‘PALOP Music Awards’. Já trabalhamos os estatutos, criamos as dez categorias e parcerias com todos os PALOP. As datas já estão estabelecidas. A realização dos ‘PALOP Music Awards’ vai ser rotativa, pelo abecedário. Angola recebe a 1.ª edição. Teremos 15 categorias, em que os vencedores de cada uma e de cada país têm entrada directa. A votação depende de 50 por cento de todo mundo e os outros 50 pela organização tendo em conta alguns aspectos específicos. Mas apelamos aos empresários que se disponibilizem a patrocinar ou a serem parceiros.

AMA no sábado

A 4.ª edição do Angola Music Awards realiza-se no próximo sábado, no Arena, o multiusos do Kilamba, em Luanda, e vai escolher os melhores da música angolana. O espectáculo tem patrocínios institucionais dos Ministérios da Cultura e da Juventude e Desporto e ainda de várias empresas. Os músicos que estão previstos actuar não recebem qualquer ‘cachet’.

Como criou o AMA?

Quando estudava nos EUA, quis desligar-me da música, mas, como estava na veia, convidei o Paul G e a Bruna para gravarem um disco. Mais tarde conheci o Carl Franklin, um músico gospel, que me convidou a assistir aos Black Entertainment Television Music Awards. Fui vendo a possibilidade de criar um em Angola. Quando cheguei, vi que a música ainda não estava muito desenvolvida para fazer algo do género, não havia capacidade para fazer dez categorias. Em 2008 regressei e já tinha produto suficiente para se começar a trabalhar.

Quanto custa a realização deste evento?

Este evento é caro, tendo em conta a dimensão do que é realizado, bem como os objectivos que se propõe atingir. Os custos envolvidos estão acima dos 20 milhões de kwanzas.



Teve mais dificuldades no passado?

Primeiro, tive de perceber bem o mercado nacional. Tinha de ter uma televisão. Contactei primeiro a TPA que viu como algo impossível de se fazer em Angola. Como sempre trabalhei com a RTP e apresentei o projecto, logo recebi ajuda. Mesmo os próprios músicos não acreditavam muito. Encontrei muitas dificuldades, chamavam-me maluco.

PERFIL

Nome: Daniel Mendes
Idade: 40 anos
Estado Civil: Casado
Ocupação: CO AMA
Formação: Gestão de Empresa e Marketing
Outros Títulos: Co-fundador do grupo African Voices

NÚMEROS DA SEMANA

38

Milhões de dólares é o valor que a construtora Centro Cerro, de origem portuguesa, vai receber pela construção de uma obra de abastecimento de água, em Viana.

100

Milhões de dólares é o valor de uma linha de crédito que o Banco Standard Bank disponibilizou às empresas, para apoiar o processo de diversificação nacional.

50

É o número de balcões que o BPC tem prontos para funcionar, mas que não operam por falta de verbas.

5.317

É a quantidade de metros cúbicos de rochas ornamentais que Angola exportou, em Junho, contrastado com os 3.797 metros cúbicos de Maio.

COM EMISSÃO DE TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA

Estado compra activos do ex-BESA

O Estado angolano prevê emitir, este ano, 47.040 milhões de kwanzas em dívida pública para garantir a compra de activos e créditos do ex-Banco Espírito Santo Angola (BESA) pela seguradora estatal ENSA, noticia a Lusa que cita fonte governamental.

A operação, segundo a publicação lusa, envolvia em Outubro de 2015 a emissão especial de Obrigações do Tesouro (OT), também prevista para aquele ano, tendo em conta a autorização por decreto presidencial, estando então avaliada em 41 mil milhões de kwanzas.

A colocação dessa dívida acabou por não se realizar, conforme refere um decreto executivo do Ministério das Finanças de final de Junho, transitando a emissão para 2016 e com o valor actualizado em moeda nacional.

Este aval representaria apenas



uma parte da intervenção pública através do grupo ENSA - Investimentos e Participações, no processo de saneamento do ex-BESA - devido ao volume de crédito malparado detectado em 2014 -, que foi alvo de uma intervenção do Banco Nacional de Angola (BNA) que levou o BES português a sair do capital social e à entrada da petrolífera angolana Sonan-

gol como accionista de referência.

O decreto assinado pelo Presidente da República, com data de 08 de Outubro de 2015, justifica a operação “considerando que na ausência de um fundo de resolução são necessários recursos temporários do Tesouro Nacional para viabilizar a compra dos referidos activos pela ENSA, através da emissão de OT no montante equivalente a 10% dos activos e contratos de crédito a serem adquiridos pela ENSA”.

Foi também definido, na altura, que o prazo de reembolso desta emissão pelo Estado angolano é de 24 anos, com juros de 5% ao ano.

Além disso, a seguradora, a maior de Angola, terá de entregar ao Tesouro Nacional o montante das vendas dos activos e a recuperação dos contratos de crédito estimados em cerca de 388,2 milhões de kwanzas.

Importação de fármacos custa 5,9 mil milhões

O “Programa de Emergência” lançado no final de Abril pelo Ministério da Saúde para a importação de medicamentos e material clínico, face aos surtos de febre-amarela e malária no país, vai custar quase 33 milhões de euros (cerca de 5,9 mil milhões de kwanzas).

A informação consta de um despacho do Presidente da República, de final de Junho, que aprova a abertura de um contrato de crédito entre o Estado e o Banco Angolano de Investimentos (BAI), destinado à “importação de medicamentos, equipamento hospitalar ao pagamento de despesas alfandegárias”.

O Programa visa “garantir a compra, ao exterior, de material

que desde o início do ano começou a faltar nos hospitais e assim



colmatar o défice de medicamentos e equipamento hospitalar em todo o país”, lê-se no decreto.

O despacho refere ainda que “o crédito a atribuir pelo BAI para financiar este programa ascende a 36.274.986 dólares”.

Esta é a segunda vez, este ano, que o BAI empresta dinheiro ao Estado para acudir situações de emergência. Em Julho, foi aprovado um acordo de facilidade de crédito entre o Estado e o banco para a “abertura, confirmação e financiamento de cartas de crédito” no valor de 103 mil milhões de dólares, para a importação de alimentos para as forças de Defesa e de Segurança



Petróleo rende ao OGE 135 mil milhões kz

Angola arrecadou com a exportação de petróleo, entre receitas das companhias petrolíferas e da concessionária estatal Sonangol, 135.096 milhões de kwanzas, durante o primeiro trimestre de 2016. O registo representa apenas cerca de 20% do total arrecadado no período.

Os dados constam do relatório de execução do Orçamento Geral do Estado (OGE) de 2016 no primeiro trimestre, aprovado, a semana passada, na Assembleia Nacional, reforçando, por outro lado, que o sector diamantífero rendeu ao OGE 4.400 milhões de kwanzas, equivalente a menos de 1% do total.

Já as receitas tributárias atingiram, no entanto, os 339.656 milhões de kwanzas e as de capital (sobretudo emissão de dívida) chegaram aos 153.488 milhões de kwanzas.

As contas do primeiro trimestre registaram um défice global orçamental de 66.202 milhões de kwanzas, incorporando o défice fiscal e as receitas/despesas de capital financeiro.

O VALOR ESTA SEMANA

OGE 2016

Governo prepara revisão

O Ministério das Finanças confirmou ao VE que está em preparação uma revisão do OGE 2016. A medida enquadra-se na reprogramação macroeconómica que o Governo revelou em Julho, que revê a previsão de crescimento do PIB, face a 2015, dos iniciais 3,3% para 1,3%, e estima um aumento do défice das contas públicas de 5,5% para 6,0% do PIB.A. **pág. 15**



BANCA

‘Caloiros’ registam perdas

Os bancos de Desenvolvimento Rural (BIR), o Prestígio, Pungo Andongo e o Yetu fecharam o exercício financeiro de 2015 com prejuízos de 2,4 mil milhões de kwanzas, de acordo com os relatórios de balanço dos referidos bancos. O BIR foi o banco que somou mais perdas, na ordem de 980 milhões de kwanzas. **pág. 17**

ATÉ 2020

Petróleo abaixo dos 70 USD

As projecções do FMI, que apontam que, até 2020, o preço do barril do petróleo dificilmente chegará aos 70 dólares, foi motivo de referência no relatório da Universidade Católica. Os investigadores dizem, por isso, ser necessário que o preço do barril se fixe na ordem dos 85 dólares para que a situação económica do país volte ao normal.. **pág. 19**